



DIÁRIO

da Assembleia da República

X LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2008-2009)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE JUNHO DE 2009

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Jaime José Matos da Gama](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Maria Celeste Lopes da Silva Correia](#)
[Fernando Santos Pereira](#)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 12 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n.ºs 824, 825 e 828/X (4.ª) e dos projectos de resolução n.ºs 509 e 510/X (4.ª).

A Câmara procedeu ao debate da interpelação n.º 30/X (4.ª) — Sobre política energética e seu impacto para o ambiente e o desenvolvimento sustentável (Os Verdes), tendo proferido intervenções, na fase de abertura, o Sr. Deputado [Francisco Madeira Lopes](#) (Os Verdes) e o Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e dos Recursos Naturais ([Francisco Nunes Correia](#)). Além destes oradores, usaram da palavra durante o debate, a diverso título, além do Sr. Ministro dos Assuntos

Parlamentares ([Augusto Santos Silva](#)) e do Sr. Secretário de Estado do Ambiente ([Humberto Rosa](#)), os Srs. Deputados [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Maria Ofélia Moleiro](#) (PSD), [Alda Macedo](#) (BE), [Miguel Tiago](#) (PCP), [António Carlos Monteiro](#) (CDS-PP), [Renato Sampaio](#) (PS), [Luís Carloto Marques](#) (PSD), [Agostinho Lopes](#) (PCP), [António Manuel Campos](#) (PSD), [Jorge Seguro Sanches](#) (PS) e [Miguel Almeida](#) (PSD).

A encerrar o debate, intervieram a Sr.ª Deputada [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes) e o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares ([Augusto Santos Silva](#)).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 48 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 12 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto Marques Antunes
Alberto de Sousa Martins
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Cardoso Duarte da Rocha
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António José Martins Seguro
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Elísio da Costa Amorim
Esmeralda Fátima Quitério Salero Ramires
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando Manuel Amaro Pratas
Fernando Manuel de Jesus
Fernando dos Santos Cabral
Glória Maria da Silva Araújo
Horácio André Antunes
Hugo Miguel Guerreiro Nunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jacinto Serrão de Freitas
Jaime José Matos da Gama
Joana Fernanda Ferreira Lima
Joaquim Ventura Leite
Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Bravo Nico
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Jovita de Fátima Romano Ladeira
João Barroso Soares

João Carlos Vieira Gaspar
João Cândido da Rocha Bernardo
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Júlio Francisco Miranda Calha
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Luís António Pita Ameixa
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro
Lúcio Maia Ferreira
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel José Mártires Rodrigues
Manuel Luís Gomes Vaz
Marcos Sá Rodrigues
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria Eugénia Simões Santana Alho
Maria Helena Terra de Oliveira
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Idalina Alves Trindade
Maria Isabel Coelho Santos
Maria Isabel da Silva Pires de Lima
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Júlia Gomes Henriques Caré
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Marisa da Conceição Correia Macedo
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Mário Joaquim Silva Mourão
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paula Cristina Nobre de Deus
Paulo José Fernandes Pedroso
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Renato Luís Pereira Leal

Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rita Manuela Mascarenhas Falcão dos Santos Miguel
Rita Susana da Silva Guimarães Neves
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino da Costa
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Teresa Maria Neto Venda
Umberto Pereira Pacheco
Vasco Seixas Duarte Franco
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Victor Manuel Bento Baptista

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio André Brandão de Almeida Teixeira
Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Joaquim Almeida Henriques
António Manuel de Campos
António Paulo Martins Pereira Coelho
António Ribeiro Cristóvão
Arménio dos Santos
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos Jorge Martins Pereira
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Domingos Duarte Lima
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Emídio Guerreiro
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Fernando dos Santos Antunes
Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Helena Maria Andrade Cardoso Machado de Oliveira
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Jorge José Varanda Pereira
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
José António Freire Antunes
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro

José Manuel Pereira da Costa
José Manuel de Matos Correia
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
José de Almeida Cesário
João Bosco Soares Mota Amaral
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Miguel Pais Antunes
Luís Miguel Pereira de Almeida
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Manuel Filipe Correia de Jesus
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Mário Henrique de Almeida Santos David
Mário Patinha Antão
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel
Paulo Miguel da Silva Santos
Pedro Augusto Cunha Pinto
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Miguel de Santana Lopes
Pedro Quartin Graça Simão José
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Sérgio André da Costa Vieira
Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
Artur Jorge da Silva Machado
Bernardino José Torrão Soares
Bruno Ramos Dias
Francisco José de Almeida Lopes
Jerónimo Carvalho de Sousa
José Honório Faria Gonçalves Novo
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira
Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista

António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro
Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
José Hélder do Amaral
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
Luís Pedro Russo da Mota Soares
Nuno Miguel Miranda de Magalhães
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
Ana Isabel Drago Lobato
Fernando José Mendes Rosas
Francisco Anacleto Louçã
Helena Maria Moura Pinto
João Pedro Furtado da Cunha Semedo
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

Deputados não inscritos em grupo parlamentar (N insc.):

José Paulo Ferreira Areia de Carvalho
Maria Luísa Raimundo Mesquita

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Fernando Santos Pereira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: projectos de lei n.ºs 824/X (4.^a) — Apoia o Movimento Associativo Popular (BE), que baixou à 12.^a Comissão, 825/X (4.^a) — Regula a actividade das associações sem fins lucrativos que se dediquem à actividade cultural, recreativa ou desportiva e cria o Conselho Nacional do Associativismo Popular (CNAP) (BE), que baixou à 12.^a Comissão, e 828/X (4.^a) — Legaliza a Cannabis para consumo pessoal (BE), que baixou à 10.^a Comissão; projectos de resolução n.ºs 509/X (4.^a) — Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 75/2009, de 31 de Março, que estabelece a desafectação do domínio público marítimo dos bens identificados pela APL — Administração do Porto de Lisboa, S. A., sem utilização portuária reconhecida na frente ribeirinha de Lisboa e a sua integração no domínio público geral do Estado (PSD), e 510/X (4.^a) — Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 75/2009, de 31 de Março, que estabelece a desafectação do domínio público marítimo dos bens identificados pela APL — Administração do Porto de Lisboa, S. A., sem utilização portuária reconhecida na frente ribeirinha de Lisboa e a sua integração no domínio público geral do Estado (PCP).

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início ao debate da interpelação n.º 30/X (4.^a) — Sobre política energética e seu impacto para o ambiente e desenvolvimento sustentável (Os Verdes).

Na abertura do debate da interpelação, para proferir uma intervenção em nome de Os Verdes, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», Sr. Ministro do Ambiente, tomou a decisão de agendar esta interpelação sobre ambiente, desenvolvimento e política energética do Governo no dia em que foi publicamente conhecido o aval político dado pelo Ministério do Ambiente ao Estudo de Impacto Ambiental da Barragem da Foz do Rio Tua.

A homologação política do parecer favorável condicionado da avaliação de impacto ambiental daquela barragem constituiu a «gota de água» que fez transbordar o limite da paciência face à incúria de um Ministério que, de Ambiente, tem cada vez menos!

Com este acto, que é apenas mais um duma cadeia de actos políticos danosos a que nos foram lamentavelmente habituando, o Governo carimbou mais um atentado ambiental, atentado ao potencial de desenvolvimento económico local, atentado ao património cultural da Humanidade do Alto Douro classificado pela Unesco, atentado a uma das mais belas linhas ferroviárias, a linha do Tua, que tanto potencial de mobilidade e afirmação em si encerra, atentado à sustentabilidade social e ambiental do território, e reafirmou aquela que tem sido a linha de força desta Governação: teimosia, arrogância e cegueira política.

Protestos do PS.

Teimosia pela insistência em opções energéticas que são falsas soluções para os problemas energéticos de Portugal.

Arrogância que os leva a desprezar o coro de críticas de especialistas, académicos, ambientalistas, populações, associações locais e nacionais.

Cegueira política de quem não quer ver quando os impactos negativos são claramente superiores aos benefícios prometidos.

A barragem da Foz do Tua é o exemplo mais acabado disso mesmo, integrada no chamado Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico, um programa apresentado como verde e como novo mas que nada tem nem de novo nem de verde!

Apesar da vergonhosa mega campanha que a EDP e o Governo têm promovido, de publicidade enganosa, mobilizando avultados meios nas televisões, rádios, imprensa e *Internet*, com o intuito de ludibriar os portugueses, lavar a cara ao programa ou afogar a sua má consciência, Os Verdes não se calarão na denúncia do que esta opção verdadeiramente representa.

Um Programa Nacional de Barragens que agrava a qualidade da água, num País em que 43% dos recursos hídricos de superfície se encontram em mau ou muito mau estado, como acontecerá necessariamente com a eutrofização (como, aliás, alerta o Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Norte) causada pelas barragens e agravada pelos cenários de seca que são expectáveis.

Um Programa que descarta por completo a gestão por bacia já que se antecipa aos planos de ordenamento das bacias hidrográficas, ainda inexistentes e que deveriam ser o instrumento basilar e prévio de ponderação e definição de estratégias e prioridades em relação aos nossos rios, nomeadamente no que toca à construção das infra-estruturas mais pesadas e destruidoras que se podem impor a uma linha de água e cujos impactos profundamente negativos são por todos reconhecidos.

Um Programa que desconsidera os cenários do IPCC (Painel Inter-Governamental para as Alterações Climáticas) para Portugal que apontam uma redução da capacidade de produção hídrica por falta de chuvas em 20% até 2020 e de 50% até 2070, o que tornará ainda mais diminuto e pouco significativo o seu futuro contributo energético e climático, pondo mesmo em causa as expectativas e previsões que o Governo faz.

Um programa que dá de barato, por aceitáveis, os impactos directos na biodiversidade, na fauna piscícola, avícola e outros vertebrados, na flora rupícola, nos solos agrícolas e florestais, como sumidouros de CO₂ e suporte de *habitats*.

Não se fala nem nunca foram avaliados os impactos no regime de inertes e transporte de areias para o litoral, factor fundamental de protecção da nossa costa contra a erosão e que será enormemente agravado com mais barragens, nomeadamente na região hidrográfica da bacia do Douro, a qual é já a mais sacrificada a nível nacional e que tem custos, inclusivamente económicos, pesadíssimos — veja-se os milhões que temos de alocar em planos de defesa da costa e transporte artificial de inertes por rodovia para encher as praias.

Nunca este Ministério fala ainda no CO₂ e óxido nitroso que as barragens produzem nas águas paradas, com decomposição de matéria orgânica e na produção de metano, 20 vezes pior do que o CO₂ para o incremento do efeito de estufa.

Em muito não se falou e muito não se ponderou!!

Por outro lado, acena-se às populações e aos autarcas com promessas de criação de emprego e de grande desenvolvimento, designadamente turístico, mas, infelizmente, como a realidade das 65 barragens já hoje existentes demonstrou à saciedade, a verdade é que após o período inicial da construção da barragem, em que são criadas, de facto, algumas centenas de empregos mas temporários, muitas vezes precários e que, em geral, não absorvem sequer o desemprego criado na região com a destruição de postos de trabalho permanente, segue-se sempre um período de acentuada depressão económica e social naquela região.

Os concelhos que viram território seu inundado, incluindo povoações, floresta e campos agrícolas, estão entre aqueles que conheceram maior processo de despovoamento e desertificação. É o caso do concelho de Carrazeda de Ansiães, que conta com a barragem de Valeira há 30 anos, e é só o concelho do Vale do Tua com piores indicadores de desenvolvimento e de interioridade, tal como destaca, aliás, o próprio Estudo de Impacto Ambiental.

Podemos ainda lembrar as freguesias de Abrantes em torno de Castelo de Bode, que conheceram um acentuado despovoamento desde a barragem, as aldeias de barragistas abandonadas em Carrapatelo, Cinfães e Marco de Canaveses, Bemposta, Picote ou Bagaúste. E podia continuar indefinidamente, porque o cenário é praticamente sempre o mesmo! A barragem traz lucros para a concessionária, mas quase nunca trouxe ou traz desenvolvimento, a médio e a longo prazos, para a região onde é implantada, bem pelo contrário...

Por outro lado, a grande bandeira hasteada pelo Governo e pela EDP é o contributo das barragens na produção renovável, dita limpa, e o seu contributo para o combate às alterações climáticas. Mas o problema é que os pressupostos nos quais o Governo se baseia são falsos. A hídrica não é verde nem limpa, pois é das que tem maiores e mais profundos impactos, já referidos. Há cada vez mais vozes a defender que a hídrica não deveria, em bom rigor, sequer ser considerada renovável já que degrada a sua fonte energética.

As 10 novas barragens, apesar da destruição que vão causar, do investimento que vão exigir, do tempo que vão demorar a construir, apenas vão produzir 1% do total de consumos energéticos nacionais e não chegam sequer a representar 1% do valor das emissões de gases com efeito de estufa estabelecidos no acordo-base de Quioto.

É isto que o Governo nos oferece! É isto que o Governo oferece ao País: investir 3000 milhões de euros para responder a 1% da procura energética!

Toda a gente sabe que os piores sectores em desperdício energético e emissões de CO₂ são os transportes e os edifícios. É absolutamente criminoso que, em vez de apostar numa política forte, consequente, estruturada e planeada de apoio aos transportes públicos e à poupança e à eficiência energética, com um potencial nacional de correcção possível na ordem dos 20% a 40%, prefira responder dando a prioridade às barragens.

Vejam, Srs. Deputados: este é o exemplo do nosso modelo energético nacional: um balde furado!

Neste momento, o orador exibiu um balde, com três torneiras e um cano, com a seguinte inscrição: «Modelo Energético Português».

De que adianta o Governo aumentar o nível de fornecimento de energia a este balde se não se preocupa, primeiro, em tapar os buracos que fazem com que Portugal seja, apenas, o país na Europa com mais ineficiência e maior intensidade energética?!

Aliás, mesmo a energia solar, que o Governo agora quer embandeirar em arco, e para a qual acordou tão tarde, continua sem contar com um plano estratégico e consequente no País que tem só a maior exposição solar da Europa e, apesar disso, está a anos-luz da Alemanha, Áustria ou Grécia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que está aqui hoje em causa é perceber que no plano energético e das alterações climáticas é possível fazer mais, melhor, mais depressa e com menos recursos do que o Governo está a fazer, com menos impactos ambientais e mais vantagens sociais.

O que está em causa é perceber que o Sr. Ministro do Ambiente desistiu, também nesta matéria, de assumir as suas responsabilidades, demitindo-se do seu papel de defender os valores, bens públicos, o património e recursos naturais que lhe foram confiados, seja na área do ordenamento do território, no combate às alterações climáticas, no ambiente e na conservação da natureza, na defesa da água e dos recursos hídricos.

O Sr. Ministro do Ambiente, ao longo deste mandato, foi muitas coisas: foi ministro da economia, ministro das privatizações encapotadas de concessões pelo tempo de uma vida humana, ministro do turismo, ministro de um QREN invisível, ministro das suspensões dos PDM, ministro dos PIN, etc., etc.!

Foi ministro de tanta coisa que se esqueceu de ser Ministro do Ambiente.

Vozes de Os Verdes e do PCP: — É verdade!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Esqueceu-se de que o ambiente não é nem pode ser encarado apenas como mais uma oportunidade de negócio, numa lógica de que todo o património e recursos do território, do domínio público hídrico às áreas protegidas, deve ser posto à venda ou a saque no mercado privado, ao serviço apenas do lucro de alguns, em vez de estar ao serviço do interesse geral de todos os portugueses.

Esqueceu-se o Sr. Ministro de que o ambiente é um pilar fundamental do próprio desenvolvimento, da qualidade de vida das populações, da saúde pública, da segurança, mas, antes de tudo isso, da própria subsistência da vida humana e selvagem no nosso planeta, dependente da boa saúde e capacidade dos ecossistemas de se regenerarem.

O Sr. Ministro provou, de facto, que, consigo, o ambiente vem sempre em segundo lugar quando em confronto com os interesses económicos.

À semelhança de outros Ministros seus colegas, «ministros de consenso», como os da Agricultura ou da Educação, que conseguiram juntar e pôr todas as organizações representativas dos agricultores e sindicatos de professores a uma só voz a criticar o Ministério, também todas as associações de ambiente criticam não só o Plano Nacional de Barragens mas, principalmente, a errada política energética que perdeu de horizonte, por completo, as preocupações ambientais e a aposta no desenvolvimento sustentável. E isso, neste momento crucial do nosso país e do planeta, é absolutamente inaceitável e inoportuno!!!

Não é assim que vamos responder a esta crise ambiental e energética e apenas vamos deixar uma herança ainda mais pesada para os nossos filhos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Nesta altura, como é óbvio, Sr. Ministro, não faz qualquer sentido pedir a sua demissão nem é o que pretendemos, não apenas por que estamos no final da Legislatura mas porque esta não é apenas a sua política, é sobretudo a política do Governo de Sócrates que, no essencial, não mudaria com a mudança de Ministro e que vai, estamos convictos, ser fortemente penalizada nas urnas no tempo próprio que não vem longe.

O Sr. **Presidente:** — Queira fazer o favor de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Termina já, Sr. Presidente.

Com esta interpelação Os Verdes cumprem a sua obrigação de denúncia de um caminho errado, mas principalmente de proposta de uma alternativa energética ambientalmente sustentável que é possível, urgente e que queremos construir como alternativa política.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

Durante a intervenção do Deputado de Os Verdes Francisco Madeira Lopes foi projectada uma imagem que pode ser vista no final do Diário.

O Sr. **Presidente:** — Para intervir em nome do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional** (Francisco Nunes Correia) — Sr. Presidente, Srs. Ministros da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Dirijo-me a esta Assembleia para falar das políticas desenvolvidas pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, desta vez no quadro de uma interpelação ao Governo suscitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes».

Sem prejuízo de respostas concretas às questões colocadas pelo Sr. Deputado Madeira Lopes, que o decurso do debate certamente permitirá esclarecer, não posso deixar de aproveitar esta oportunidade para fazer um balanço global daquilo que é já uma legislatura próxima do seu termo. E fazemo-lo com a consciência do dever cumprido.

Naturalmente, é sempre possível apontar insuficiências, é sempre possível encontrar erros, é sempre possível, e desejável, querer mais e melhor. Mas, sem incorrer na vaidade de exhibir falsas modéstias, pensamos que uma análise objectiva do trabalho realizado e dos resultados obtidos permite fazer um balanço francamente positivo.

Nos últimos quatro anos, o XVII Governo promoveu uma reorganização profunda de todos os regimes fundamentais das políticas do ambiente, do ordenamento do território e do desenvolvimento regional, tendo procedido, também, à consolidação dos principais instrumentos dessas políticas, aumentando a sua eficácia e simplificando procedimentos.

Assim, julga-se incontroverso que se estabeleceu um quadro novo e inovador, a título de exemplo, para a gestão dos recursos hídricos, para a gestão dos resíduos, para o combate às alterações climáticas, para a delimitação e gestão da Reserva Ecológica Nacional, para a conservação da natureza e da biodiversidade, para a avaliação do impacto ambiental, para a avaliação ambiental de planos e projectos, para a responsabilidade ambiental, para a gestão de zonas costeiras, para os instrumentos de gestão territorial, para a política de cidades, para a reabilitação urbana, para a política de habitação, tendo-se lançado também os alicerces de um novo ciclo de utilização dos fundos comunitários, aprofundado a integração territorial das políticas públicas, definido estratégias de eficiência colectiva, densificado as relações de cooperação transfronteiriça com Espanha, valorizado a participação portuguesa nos instrumentos de cooperação territorial europeia e promovido a participação plena do nosso país nas políticas europeias de ambiente, planeamento territorial e desenvolvimento regional.

Em suma, deu-se modernidade e maturidade às várias áreas da política de que este Ministério é responsável e fez-se uma articulação, sempre exigente, entre a acção no terreno e o rumo estratégico dessa acção.

Este ponto é particularmente importante: não houve acção sem estratégia e, sobretudo, não houve estratégia sem acção. Os resultados demonstram-no.

Permitam-me que destaque, desde já, algumas das medidas mais relevantes concretizadas por este Governo em matéria de ambiente, de ordenamento do território e de desenvolvimento regional.

No domínio do ambiente, foi aprovada a Lei da Água — aliás, por larga maioria desta Assembleia — e preparada pelo Governo a necessária legislação complementar. Pois bem, toda essa legislação provou ser muito mais do que «letra morta»!! Ela deu um poderoso impulso a uma nova abordagem à gestão dos recursos hídricos, com consequências no terreno tão diversas como, por exemplo, a instituição das novas administrações de região hidrográfica, a criação do Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos, a regularização dos 27 contratos de concessão com a EDP ou o lançamento do (tão vilipendiado pelo Sr. Deputado!...) Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico. Teremos oportunidade de responder à enorme demagogia das suas reflexões sobre este assunto.

Desprezar 1300 GW/hora por ano, desprezar 1000 postos de trabalho por cada barragem, desprezar 1 a 2 milhões de toneladas de CO₂, desprezar uma potência instalada de 2000 MW é obra, Sr. Deputado!!

Aplausos do PS.

Foi nesta Legislatura que se deu um impulso decisivo na gestão das bacias luso-espanholas no quadro da Convenção de Albufeira.

Em matéria de resíduos, para além da aprovação do novo Regime Geral da Gestão de Resíduos, promoveu-se um maior nível de recolha selectiva, o maior de sempre, e organizaram-se as fileiras específicas; aprovou-se o novo Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos; e criou-se o Mercado Organizado dos Resíduos, que nos põe na fronteira europeia nesta matéria. Foi desencadeada uma iniciativa visando a completa erradicação dos 783 depósitos ilegais conhecidos de sucata de veículos em fim de vida.

Em matéria de resíduos industriais perigosos, resolveu-se um dos problemas ambientais mais sérios com que o País se vinha defrontando há mais de 30 anos. Pôs-se termo a uma discussão estéril, em que a inverdade científica, o preconceito e o medo foram utilizados como armas políticas para alimentar protagonismos e preencher vazios de ideias e de estratégia.

No que se refere à conservação da natureza, vale a pena lembrar a reestruturação orgânica do ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade), com a criação de cinco direcções de gestão de áreas classificadas, tendo-se dado os passos necessários para dotar o ICNB de equilíbrio financeiro sustentado, atalhando e invertendo a situação calamitosa recebida do governo anterior. Depois de muitos anos de défices crónicos e acumulação de passivos, o ICNB chega a 2009 sem dívidas e com a situação financeira regularizada.

Mas é ainda mais importante registar que se aprovaram 14 planos de ordenamento de áreas protegidas, ficando, pela primeira vez em Portugal, todas essas áreas dotadas desse instrumento de planeamento, tendo-se procedido também à revisão dos cinco planos mais antigos. Foi aprovado o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, cuja elaboração se prolongava há sete anos. Criaram-se 11 novas zonas de protecção especial, num total de 178 000 ha.

Aprovaram-se medidas preventivas para o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, visando resolver impasses e situações de ilegalidade que se arrastam há mais de 30 anos. Criaram-se condições, em parceria com as autoridades de Espanha, para a reprodução em cativeiro e subsequente repovoamento do lince ibérico em território nacional.

Em matéria de ordenamento do território, litoral e cidades, para além da aprovação do PNPOT, que aguardava execução há cerca de 10 anos, e a elaboração dos PROT, que abrangem, pela primeira vez, todo o território do continente, destacam-se a aprovação de 17 planos de ordenamento de albufeiras de águas públicas, a alteração do Regime Jurídico da REN, definindo medidas e acções compatíveis, a elaboração das Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, estando essa estratégia em fase final de aprovação, a aprovação do Plano de Acção para o Litoral 2007-2013 e a aprovação e iniciação dos Polis do Litoral Norte, da ria de Aveiro e da ria Formosa, estando em fase adiantada de preparação o do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Portanto, estão neste momento já aprovados ou em fase final de aprovação projectos no litoral que mobilizam cerca de 140 milhões de euros de investimento, a que se somam os mais de 300 milhões de euros de investimento nos quatro Polis do Litoral.

No domínio da política de cidades, relançou-se a execução do Programa Polis e formulou-se o documento estratégico Polis XXI, estando em curso a sua execução no âmbito do QREN, com projectos já aprovados com um investimento total de 523 milhões de euros, estando neste momento a concurso um montante de 273 milhões de euros de FEDER. Lançou-se e iniciou-se a execução da Iniciativa «Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos» e está em fase adiantada de preparação a operação de requalificação do chamado Arco Ribeirinho Sul. Elaborou-se e propôs-se a esta Assembleia um novo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, que, aliás, nos trará aqui no dia 3 de Julho.

Em matéria de habitação, criaram-se instrumentos mais favoráveis de apoio às famílias de menores recursos e ao arrendamento por jovens...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É preciso descaramento!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — ... e está em fase final de elaboração o Plano Estratégico da Habitação 2009-2013, dando corpo a uma política social de habitação que representa uma alteração substancial face ao tradicional paradigma de habitação social.

No domínio do desenvolvimento regional, estruturou-se, negociou-se com a Comissão Europeia e montou-se toda a estrutura de gestão do QREN e dos programas operacionais, tendo-se iniciado, com assinalável sucesso, a sua execução.

Mas a política de desenvolvimento regional vai para além da coordenação nacional na gestão dos fundos estruturais. Por isso, lançaram-se as bases para uma mais adequada territorialização das políticas públicas, criou-se um programa destinado a promover a competitividade dos territórios de baixa densidade — a iniciativa PROVERE —, promoveu-se a nível europeu um debate particularmente importante para Portugal, que é o do futuro da política de coesão, e aprofundaram-se os conceitos e os instrumentos da coesão territorial.

Por tudo isto, podemos dizer com convicção que o Governo nestes sectores está bem preparado para a prestação de contas, mas nunca confundimos prestação de contas com publicitação estridente do que se fez ou do que se pretende fazer.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que conclua, Sr. Ministro.

Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Termina dentro de instantes, Sr. Presidente.

Por isso, no Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional sempre cultivámos um discurso sóbrio e, com prejuízo de alguma visibilidade mediática, procurámos privilegiar em todas as áreas um trabalho sério, com resultados no terreno, e dando modernidade e maturidade às políticas públicas sob a responsabilidade deste Ministério.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional 17 Srs. Deputados.

Para o efeito, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, vamos lá ver se recentramos o debate no tema que Os Verdes hoje trouxeram aqui a discussão,...

Protestos do PS.

... que é o das consequências da política energética no ambiente e no desenvolvimento sustentável.

Sr. Ministro do Ambiente, hoje, em Portugal, toda a gente sabe que este Ministério do Ambiente actuou, ao longo do mandato, em função de muitos interesses, que não os do ambiente. De resto, o painel que Os Verdes projectaram, que citava uma frase do Sr. Ministro — «O Ambiente não pode parar o País» —, é bem revelador da estratégia deste Ministério do Ambiente, afasta-nos muito dessa estratégia. É porque, para Os Verdes, o ambiente é um pilar fundamental para o desenvolvimento. É isso que nos separa do Sr. Ministro!

Mas o Sr. Ministro, também ao longo deste mandato, silenciou-se sobre muitas outras questões em relação às quais os portugueses consideram inadmissível ter o silêncio do Ministério do Ambiente. Um exemplo: uma campanha da EDP, lançada na véspera do 25 de Abril deste ano, sob o título «Quando projectamos uma barragem, projectamos um futuro melhor», apresenta as barragens como uma forma de protecção da biodiversidade.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É verdade!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Veja-se bem!!...

Esta campanha é uma total publicidade enganosa. Vamos falar, Sr. Ministro, verdade aos portugueses: uma mega barragem é um dos maiores factores de perda de biodiversidade. É ou não é, Sr. Ministro? Tem ou não tem essas consequências ambientais?

A EDP gastou milhões de euros em publicidade enganosa e o Ministério do Ambiente calou-se!

Vozes do PS: — Ahhh!...

A Sr. **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Esta foi uma resposta da EDP às grandes contestações que as populações e muitos autarcas deste país fazem a estas mega barragens que o Governo quer impor ao País. «Sinta a energia», diz a EDP. Sim, é verdade! Os portugueses sentem a energia no seu bolso. A EDP com lucros chorudos e a electricidade sempre a aumentar no bolso dos portugueses. Os portugueses sentem, mas nós também queremos conhecer o sentimento do Sr. Ministro do Ambiente.

As associações de ambiente já apelaram *n* vezes para que o Sr. Ministro do Ambiente se pronuncie sobre esta vergonhosa campanha da EDP, sobre esta publicidade enganosa, o Sr. Ministro já foi questionado por órgãos de comunicação social sobre esta matéria e fugiu sempre à questão. Pois esta é a oportunidade, Sr. Ministro do Ambiente, para se pronunciar, para se demarcar desta falácia que é esta campanha da EDP, porque, de outra forma, teremos de concluir que o Sr. Ministro do Ambiente e a sua equipa partilham desta visão da EDP e querem, tal como a EDP, enganar o País relativamente a estes objectivos.

Vozes de Os Verdes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Ofélia Moleiro.

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, confesso que fiquei preocupada quando ouvi a sua dissertação, porque fiquei a pensar que não havia Portugal antes de si,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — ... que não havia governos antes de si, que Portugal começou com o Ministro do Ambiente de Sócrates.

É mentira, Sr. Ministro do Ambiente,...

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — Havia... Quatro ministros em três anos!... Não havia era um bom Ministro do Ambiente!

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — ... havia ministros do ambiente, secretários de Estado do ambiente e também já havia licenças ambientais, que foram propostas e postas no terreno pelo Secretário de Estado do tempo de Cavaco Silva. Portanto, o Sr. Ministro não veio iniciar uma nova era do ambiente em Portugal.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Sr. Ministro do Ambiente, pareceu-me que estava a fazer-nos o balanço da actividade deste Ministério em quatro anos. Realmente, o Sr. Ministro apressou-se a mandar para os Deputados, antes deste debate, um suposto balanço da Legislatura do Ministério do Ambiente.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Publicações são com ele!

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Eu tentei ler, mas, Sr. Ministro, esta é mais uma edição de uma enorme máquina editorial do seu Ministério. Dou-lhe os parabéns porque talvez a maior editora deste país, nos últimos quatro anos, tenha sido o Ministério do Ambiente.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Sr. Ministro, tentei ler em particular o que dizia respeito à análise ambiental integrada, mas nada encontrei, nada! Aliás, encontrei uma mera página. Tudo o que aqui está não é um relatório de actividades, não é um balanço, é um manual, tipo manual do consumidor, tipo manual do Ministro do Ambiente, do que ele deve fazer. Isto é uma análise dos procedimentos para o Sr. Ministro fazer, só que já não vai poder fazer.

Sr. Ministro do Ambiente, se há matéria transversal entre a energia e o ambiente são as alterações climáticas. Hoje as alterações climáticas já não são um sonho, uma loucura que passou por uns loucos ambientalistas. Hoje, as alterações ambientais são factos comprovados por cientistas, por análises técnicas e, pior do que isso, vividas pelos cidadãos no mundo. E, portanto, a questão da poluição tem de estar presente hoje neste debate.

Sr. Ministro do Ambiente, em matéria de poluição há uma directiva europeia que determina a análise integrada do ambiente porque se chegou à conclusão de que uma análise parcial pode transferir problemas de um campo ambiental para outro. O Sr. Ministro tinha um prazo para cumprir esta directiva, mas não o cumpriu e, em face disso, a Comissão Europeia tem mandado avisos, tendo feito, em Janeiro de 2009, uma última advertência escrita,...

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PS): — ... fundamentada, antes de mandar a questão para o Tribunal de Justiça Europeu.

Sr. Ministro do Ambiente, para além destes manuais de procedimento, não vi o procedimento de fazer aquilo que a directiva europeia manda. Por isso, já que não está neste livro, peço-lhe agora, frente a frente, uma resposta: o que é que o seu Ministério fez em matéria de licenças ambientais para acabar com o problema de 116 empresas que poluem em vários territórios ambientais — no ar e na água —, questão que até hoje ainda não resolveu?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, peço-lhe que conclua.

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Concluo já, Sr. Presidente.

Portanto, Sr. Ministro, o Grupo Parlamentar do PSD, e certamente toda a Câmara, precisa de uma resposta, que não está no seu balanço mas que, com certeza, será dada agora por V. Ex.^a, antes que sejamos condenados no Tribunal de Justiça.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, agradeço-lhe ter sido projectada nas telas da Sala aquela frase, porque me revejo nela. Até comecei por perguntar ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares se a projecção era por iniciativa do Governo ou de Os Verdes,...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Vejam bem...!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — ... porque me sinto feliz por aquela frase ter sido projectada.

Disse-o, repito-o e repetir-lho-ei sempre, quer como técnico do ambiente quer como político, e ainda mais como político com responsabilidades na área do ambiente: o ambiente não pode e não deve parar o País.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:** — O ambiente é uma componente essencial do desenvolvimento económico do País,...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Outros interesses!...

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:** — ... e é a isso que se chama desenvolvimento sustentável.

Os senhores «enchem a boca» de desenvolvimento sustentável, mas querem fazer do ambiente uma trincheira contra o desenvolvimento do País.

Aplausos do PS.

Digo-lhe a minha opinião muito convicta: essa barricada não serve o ambiente.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Ambiente é desenvolvimento!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:** — Tomando-se uma posição hostil ao desenvolvimento ou criando, na imagem da opinião pública, uma posição de hostilidade ao ambiente, como os senhores do Partido Ecologista «Os Verdes» e muitos grupos de defesa do ambiente contribuem para criar, presta-se o pior serviço ao ambiente que se pode prestar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:** — Os senhores «enchem a boca» de desenvolvimento sustentável, mas ouvindo as vossas palavras percebe-se que, ao fim e ao cabo, o vosso real paradigma é o do subdesenvolvimento sustentável, uma espécie de nova versão dos «pobretes mas alegretes», que neste caso seria «pobretes mas verdetes».

Risos do PS.

Não é esse o nosso caminho, Sr.^a Deputada, e, com todo o respeito democrático que a sua opinião me merece, não é essa a minha posição.

Os senhores convocam esta interpelação para questionar a política de energias renováveis do Governo. Essa política é ampla, tem várias frentes, sendo o plano nacional de barragens uma componente essencial dessas frentes. A Sr.^a Deputada não pode desprezar um a dois milhões de toneladas de CO₂ por ano, não pode desprezar 1000 postos de trabalho por ano, não pode desprezar todos esses benefícios, de que falaremos mais tarde, que são relevantes para esta discussão.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — E a campanha da EDP?

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:** — Sr.^a Deputada Maria Ofélia Moleiro, tem razão, havia Portugal antes de nós, havia Portugal há 900 anos.

Mas digo-lhe mais, Sr.^a Deputada: as políticas de ambiente são mais antigas, vêm dos anos 80.

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Fico mais descansada!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:** — E digo-lhe ainda mais: o seu partido tem pergaminhos no início das políticas de ambiente em Portugal.

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Exactamente!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Pena é que essa memória frágil se tenha esvanecido e que os últimos governos, nomeadamente os que nos antecederam, tenham feito tábua rasa dessa tradição e desses pergaminhos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Está a falar de quem? Do Primeiro-Ministro Sócrates?

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Em três anos houve quatro ministros. Convido a Sr.^a Deputada a analisar as políticas ambientais. Poder-se-ia pensar que quatro ministros não tem grande significado se houvesse uma continuidade na política.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Durante quatro anos não houve um!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Pois, Sr.^a Deputada, o que houve foi uma tergiversação permanente nas políticas. Compare as políticas do ex-ministro Isaltino de Moraes com as políticas do ex-ministro Amílcar Theias, que, aliás, deitou fora — e na minha opinião bem — estudos que custaram milhões de euros feitos pelo antecessor no domínio das águas, por exemplo, como é bem conhecido, para ver como nesses três ou quatro anos não houve senão hesitação, tergiversação e, em alguns casos, navegação (aí, sim) ao sabor de interesses económicos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem de concluir.

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Quanto às directivas que estão por transpor, há duas relevantes para o assunto que a Sr.^a Deputada disse. A directiva da avaliação ambiental de planos e programas está transposta e foi a base do plano nacional de barragens. Julgo, assim, que se refere à da Prevenção e Controlo Integrado da Poluição (PCIP).

Esta directiva está transposta,...

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD): — Pois está!...

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — ... está em aplicação, fez-se já a emissão de 600 licenças e, neste momento, 26 mais complexas estão em fase de discussão.

Temos o trabalho feito a 95% e, em articulação com a Comissão Europeia, estamos a concluir esse trabalho.

Aplausos do PS.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Então, a Comissão Europeia é injusta e está enganada!?

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, fiz uma pergunta concreta ao Sr. Ministro do Ambiente sobre uma campanha vergonhosa e enganadora da EDP.

O Sr. Ministro já foi questionado várias vezes sobre essa campanha e nunca se pronunciou, sendo que hoje voltou a não pronunciar-se.

Sr. Presidente, quero apenas saber se essa não resposta foi propositada ou se o Sr. Ministro pensa responder durante o decurso do debate, para percebermos exactamente qual vai ser a nossa intervenção

seguinte, isto é, se deveremos retomar a questão ou se não vale a pena porque o Sr. Ministro, pura e simplesmente, não quer responder...

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Não sabe!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — ... e, portanto, se associa a esta campanha vergonhosa da EDP.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Ministro?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Para uma interpelação à Mesa nos mesmos termos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Nos mesmos termos é o que é mais dubitativo!...
Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, quero apenas salientar dois pontos. Em primeiro lugar, quero dizer que a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia faz as perguntas que entende mas não manda nas respostas do Governo.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — O Governo foge como quer!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E as respostas do Governo são dadas no contexto de um debate político em que a nota principal é, do ponto de vista do Executivo, a necessidade de denunciar este facto absolutamente anómalo, que é um partido que se intitula de verde fazer uma interpelação que abre com um ataque sistemático às energias renováveis, numa cumplicidade objectiva com as alterações climáticas que diz aparentemente sentir.

Aplausos do PS.

Em segundo lugar, quero dizer que este Governo não tem a concepção que vigorou e que foi praticada noutros regimes, com as consequências que, aliás, todos conhecemos, segundo a qual competia ao Estado tutelar as empresas privadas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Tanta humildade!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Alda Macedo.

A Sr.^a **Alda Macedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a resposta que acabou de dar às primeiras perguntas que lhe foram colocadas traça um auto-retrato que o situa numa ideia antiga, numa ideia pré-histórica da luta ambiental, ou seja, na ideia de que o desenvolvimento sustentável é inimigo do progresso e do desenvolvimento.

Na verdade, é dentro do quadro desta ideia antiga em que o Sr. Ministro se inscreve que toda a política do seu Ministério se tem desenvolvido, numa perspectiva de demissão de responsabilidade. Porque, de facto, ao nível da protecção dos nossos recursos, a acção da parte do seu Ministério tem sido a de subestimar o papel de defesa do ambiente e a de relevar apenas o papel da defesa do negócio, das oportunidades de negócio.

Portanto, a sua responsabilidade de promover uma ideia de que o desenvolvimento pode e deve ser sustentável é, no grande balanço do seu final de mandato, a sua grande derrota. A sua grande derrota é que o senhor foi o Ministro que recuou para o tempo de dizer «não, os negócios primeiro, os negócios é que estão à

frente». Isto no que diz respeito à defesa da orla costeira, no que diz respeito à eficiência energética, que anda a passo de caracol, e no que diz respeito à gestão de recursos hídricos, que até agora se pautou, única e exclusivamente, por incentivar os negócios da água. Essa é a sua grande prioridade.

Na verdade, é aqui que está a sua derrota, e este é o grande balanço do seu Ministério, nesta altura.

Indo justamente a esse ponto, quero que o Sr. Ministro responda a uma pergunta muito clara e muito simples.

Existe uma empresa multimunicipal de Trás-os-Montes e Alto Douro responsável pelo abastecimento da água para consumo humano em toda essa região. Esta empresa pública, que capta cerca de 31 milhões de m³ de água por ano e serve uma população de mais de 400 000 habitantes, vai pagar uma taxa de recursos hídricos 1000 vezes mais cara do que a EDP vai pagar pela barragem que vai construir.

O Sr. Ministro tem de explicar isto com a maior clareza, porque estamos a falar de uma função pública essencial, que é o abastecimento humano de um recurso que é público. Pois não há uma lei que diz que a água é titularidade de todos, que é propriedade de todos? E, contudo, aqueles que precisarem de matar a sua sede vão pagá-la a uma taxa de recursos hídricos pela captação 1000 vezes mais cara do que as empresas dos negócios da electricidade que se vão instalar em toda a região do Alto Douro, única e simplesmente, para venderem a electricidade a Espanha.

Explique isto, Sr. Ministro, porque este é um dos exemplos da sua política — que aqui reconheceu e que aqui «deu de barato» —, que é a de que o negócio está à frente do ambiente. É nessa área que tem de se justificar diante dos portugueses e reconhecer o grande balanço e a grande derrota do seu Ministério.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a intervenção que acabou de fazer deixa bem clara a concepção deste Governo — é uma concepção que opõe o ambiente ao desenvolvimento. Só isso explica que seja o próprio Ministro a dizer que o ambiente não pode parar o País.

Não, Sr. Ministro, o ambiente deve ser um elemento de mobilização e de desenvolvimento da economia nacional e do País e não um entrave, como este Governo o concebe.

Estamos numa interpelação do Partido Ecologista «Os Verdes» ao Governo que coincide com o final de quatro anos — ainda bem — de mandato e de intervenção deste Ministério do Ambiente. São quatro anos que se traduzem, no que toca a ambiente, num desastre.

Hoje temos um Estado menos interveniente na preservação e conservação da natureza; temos um Ministério do Ambiente que se converteu em comissão de negócios, em agência imobiliária de alienação do património e do território dos recursos naturais para os grandes grupos económicos.

Só isso também poderá explicar que este mesmo Governo entenda que a pesca tradicional, por exemplo, na zona da Arrábida e de Sesimbra seja um fortíssimo ataque ao ambiente mas que a co-incineração em pleno Parque Natural da Serra da Arrábida seja um elemento estruturante da sua política de resíduos e de ambiente. Está tudo dito sobre a perspectiva que este Governo tem.

Sr. Ministro, gostaria de deixar-lhe algumas perguntas rápidas.

Quanto ao Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, quatro anos depois de ter aqui anunciado que, até com uma reestruturação do organismo, estava disponível para aumentar e potenciar a sua presença no território e a sua capacidade de intervenção, o que verificamos é haver zero vigilantes da natureza a mais do que quando entrou em funções; zero intervenção do Instituto da Conservação da natureza e da Biodiversidade.

Deixo-lhe uma pergunta muito simples: ainda acha que, de facto, vai cumprir aquela sua promessa, feita logo no início do seu mandato na Comissão Parlamentar de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território, de recrutar e abrir mais espaço para vigilantes da natureza e para a sua colocação no território?

E já agora, Sr. Ministro, indique ao Grupo Parlamentar do PCP uma intervenção física, concreta, objectiva do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), por exemplo no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina. Para além do trabalho administrativo, de gabinete, de autorização e de não autorização de intervenções, refira uma intervenção concreta daquele Instituto.

A terminar, peço-lhe mais uma vez, Sr. Ministro, que faça chegar à Assembleia da República o cálculo do acordo que fez com a EDP para pagar 55 milhões de euros por 44 anos de exploração de todas as barragens que a EDP explora em Portugal.

Explique-nos, Sr. Ministro, à luz de que lei é que cobra apenas à EDP 55 milhões de euros de taxa de recursos hídricos, uma taxa que é, afinal de contas, mais um imposto e que, é certo, vai recair sobre o consumidor. Mas, ainda assim, como é que, com a EDP, conseguiu comprometer onze legislaturas futuras, 44 anos de exploração, por 55 milhões de euros? Esse é um grande negócio.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Ambiente.

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Sr. Presidente, começarei por responder pela ordem inversa das questões, respondendo de imediato às perguntas concretas que o Sr. Deputado Miguel Tiago colocou.

Relativamente à taxa de recursos hídricos cobrada à EDP, sim, há um cálculo hidráulico com avaliação na turbinação prevista durante os mandatos de concessão, aplicando-se a taxa de recursos hídricos aplicável à produção de energia hidroelétrica com uma taxa de actualização que permitiu a mobilização imediata de 55 milhões de euros em protecção do litoral, tal e qual como diz o despacho que o Sr. Deputado citou recentemente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Que disparate!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Esses valores foram calculados pela Autoridade da Água, são cálculos feitos pela administração...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — São secretos?

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Não, não são secretos,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então mande-os, já os pedimos há meses!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — ... são cálculos feitos pela administração. Não há problema em torná-los conhecidos, eles baseiam-se num cálculo técnico que foi feito.

O problema é que as barragens actuais precisam de medidas de mitigação no litoral, e esses 55 milhões de euros permitem uma intervenção imediata no litoral. Foi isso que presidiu a essa antecipação da taxa.

Quanto às alterações no ICNB, respondendo à sua pergunta, dir-lhe-ei que está prevista a contratação de vigilantes da natureza.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não me diga!...

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Conseguimos, junto do Ministério das Finanças, clarificar o quadro dos concursos que vão ser realizados para esse fim. Portanto, isso está eminente, está neste momento em fase de processamento.

Pela primeira vez em muito tempo, provavelmente em 10 anos, vão-se fazer concursos de promoção dentro do ICNB — já estão em curso —, o que não acontecia há muitos, muitos anos, e muitas outras vertentes e realidades estão a ser actualizadas, como, por exemplo, a compensação relativamente ao lobo, que andava historicamente atrasada, está a ser posta em dia.

As dívidas do ICNB, que chegavam a ser maiores do que aquilo que era o seu orçamento, estão regularizadas. Pela primeira vez, o ICNB não tem dívidas.

A optimização dos recursos do ICNB por via das direcções das áreas protegidas está a ser feita. As intervenções do ICNB em todo o território são hoje patentes.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Diga-me uma intervenção concreta!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — A presença no Sudoeste Alentejano com as medidas preventivas que estão a ser tomadas e com a regularização de situações que se arrastavam há mais de 30 anos são disso um exemplo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Um exemplo?! Qual?

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — O Sr. Deputado, que pretende ter uma posição a favor do ambiente, surpreendentemente critica as restrições à pesca no parque marinho.

Ora bem, Sr. Deputado, fique sabendo que está dessintonizado da opinião dos pescadores da zona. Neste momento, verifica-se um aumento da pesca e um reforço das potencialidades para os pescadores da pesca tradicional.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não confunda a lota com a pesca tradicional!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Portanto, a medida ambientalista que nós só tomámos e que o Sr. Deputado tem a ousadia de criticar está a dar resultados, está a surtir os seus efeitos.

Quanto à co-incineração no Outão, o acompanhamento técnico e científico que está a ser feito mostra que as emissões produzidas são iguais ou melhores que as dos resíduos industriais banais, com as quais os senhores concordaram. Portanto, estamos a dar um passo no sentido certo. A co-incineração, tal como está provado cientificamente, não faz mal ao ambiente, e Portugal é um dos 27 países europeus que está também a prová-lo.

Gostava de saber qual é a posição do Sr. Deputado relativamente às barragens que pretendemos construir. Fico surpreendido com a sua contundência, porque sempre vi o seu partido defender, por exemplo, a barragem do Alqueva, que faz parte dos nossos planos de reforço energético.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas ouviu-me falar em barragens?

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Portanto, gostava de saber se esse é um ponto de dissensão entre o seu grupo parlamentar e o de Os Verdes, porque eu não ouvi comentários relativamente ao plano de barragens.

A Sr.^a Deputada Alda Macedo continua a dizer aquilo que já na comissão parlamentar dizia, isto é, a criticar que a taxa de consumo para abastecimento humano seja mil vezes maior do que a taxa por metro cúbico turbinado.

A Sr.^a Deputada — já lho disse — está a comparar coisas que não podem ser comparadas à luz do mais elementar critério técnico. Um metro cúbico de uso consumptivo não se compara com um metro cúbico turbinado insito na linha de água e devolvido, restituído de imediato ao sistema hídrico. Por isso, essas taxas têm de ser diferenciadas.

O que a Sr.^a Deputada tem de fazer, se não quiser incorrer na mais desbragada demagogia sem nenhum suporte técnico, é comparar a taxa de captação para consumo humano com a taxa para fins industriais, para actividades económicas também consumptivas, que é muito maior que a taxa para consumo humano.

Aplausos do PS.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — A EDP agradece!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Ambiente, ouvi-o com toda a atenção falar do alto da tribuna e devo dizer-lhe que só faltou terminar a sua intervenção como o Sr. Primeiro-Ministro terminou uma entrevista ainda há pouco tempo, dizendo «estou muito satisfeito consigo próprio».

Esse ar de satisfação própria com que veio aqui falar de ambiente é sinal de que, realmente, para o Sr. Ministro o ambiente se limita às suas publicações, como já aqui foi dito.

Relativamente ao Programa Nacional de Barragens, gostava que o Sr. Ministro me explicasse o seguinte: foi avisado ou não pelo CDS de que a barragem de Almourol, à cota de 31, conforme constava do Programa Nacional de Barragens, iria inundar o Polis de Abrantes e o açude insuflável?! Foi avisado, não foi?! E o que é que fizeram? Baixaram a cota e o concurso ficou deserto. Portanto, Sr. Ministro, gostamos de registar essas falhas e que, até hoje, o Sr. Ministro do Ambiente não foi capaz de reconhecer que foi o CDS que avisou que isso iria acontecer.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Ministro, por outro lado, a propósito das receitas das barragens, o alargamento da concessão das barragens à EDP sem concurso não passou de uma operação de maquilhagem orçamental, porque mais de metade desse dinheiro ficou logo na EDP para pagar o défice tarifário.

Em política de ambiente, o Sr. Ministro colocou as contra-ordenações ambientais a preço de saldo. E isso, sim, é que deveria ser uma preocupação do Sr. Ministro. A forma como o Ministério do Ambiente orienta a respectiva política é que, sem ser feito qualquer novo investimento por parte do Estado, os perímetros de rega passaram do Ministério da Agricultura para o Ministério do Ambiente e os agricultores viram disparar a taxa de recursos hídricos, mas já aquilo que são as contra-ordenações ambientais tiveram descontos que vão até aos 80%.

Portanto, Sr. Ministro, é este o sinal que o seu Ministério dá: penalizar quem quer produzir e beneficiar quem prejudica o ambiente; beneficiar o infractor e favorecer a concorrência desleal.

Por isso, também gostava que o Sr. Ministro me respondesse à questão que já lhe coloquei, esta semana, na Comissão de Ambiente e à qual o Sr. Ministro não respondeu: foram identificadas pelo Tribunal de Contas 70 captações de água não licenciadas no Grupo AdP, que é propriedade do Estado e que está sob a responsabilidade do Sr. Ministro do Ambiente. Essas captações de água já estão licenciadas ou não? Vão também pagar taxa de recursos hídricos? E por favor, Sr. Ministro, identifique na sua resposta o licenciamento, porque o Tribunal de Contas tem identificadas quais são as captações que não têm licença, e eu irei verificar se assim é.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Sampaio.

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Ambiente, Os Verdes agendaram esta interpelação ao Governo sobre política energética e na intervenção que aqui proferiram não tiveram uma palavra para a barragem do Baixo Sabor.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Já estão de acordo!

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Era uma preocupação que tinham no passado, o que significa que, agora, a sua cruzada — estou de acordo, obviamente com a barragem do Baixo Sabor — é contra a barragem do Tua.

Isso tranquiliza-nos, porque estamos crentes que daqui a pouco tempo passarão a estar de acordo com a barragem do Tua e que encontrarão outra cruzada para virem aqui fazer uma interpelação ao Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Portugal tem hoje, e finalmente, uma política energética assente nas energias renováveis. E, para nós, os recursos hídricos continuam a ser um potencial inestimável nas energias renováveis. Temos hoje um aproveitamento de 47% da nossa capacidade hídrica e com este plano de barragens passamos a ter cerca de 70%, porque, finalmente, existe um plano de barragens que tem mais-valia energética, mais-valia ambiental e mais-valia económica e social.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — E as menos-valias? Essas não vêm?!

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Não foram os privados que estabeleceram a localização das barragens; tratou-se de um programa feito e assente, fundamentalmente, no interesse público, por isso as localizações têm hoje todas estas mais-valias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — Reconhecemos que as barragens têm, efectivamente, efeitos colaterais que têm de ser minimizados, e sê-lo-ão com as políticas ambientais de minimização dos seus efeitos. Mas não há alternativa: se queremos apostar nas energias renováveis e se queremos combater as alterações climáticas este é o caminho, o caminho que o Governo tem trilhado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — A questão que se coloca é entre termos esta política ou termos uma política do nuclear. A não ser que Os Verdes passem agora a defender o nuclear em vez de defenderem a política dos recursos hídricos...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabemos que Os Verdes têm uma política que, para garantir a sua existência, tem de estar sempre contra as autênticas e sustentáveis políticas ambientais.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — A razão da existência de Os Verdes é não haver política ambiental; como há, têm de estar sempre contra.

Não conseguimos entender como é que um partido que se diz «Verde», que fez aqui uma intervenção «de balde» — só faltava que viesse alguém com a esfregona para limpar a sua intervenção... Isso significa que Os Verdes estão completamente perdidos nesta matéria.

A questão que se coloca é saber o que é que Os Verdes querem, se é uma verdadeira política energética, sustentada ambientalmente, com critérios públicos de valia económica, de valia ambiental, de valia social,...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Isso queríamos!

O Sr. **Renato Sampaio** (PS): — ... ou se, em alternativa, querem o nuclear. Esta é que é a questão.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Deputado, não venha com essas demagogias!

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Ambiente.

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:** — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Renato Sampaio veio precisamente pôr em evidência o papel central que a política energética tem tido para este Governo.

Faço minhas as palavras dele, porque ele caracterizou bem as linhas de força dessa política, como seria natural que acontecesse.

Mas vou mais longe e recorro que, em todas as frentes, Portugal tem feito mais e melhor do que a generalidade dos países europeus e colocou-se na linha da frente.

Recordo que, sendo esta uma política pela organização, pela lei orgânica do Governo atribuída ao Ministério da Economia e Inovação, este é um daqueles casos, justamente ao contrário do que outros alegam, em que a política da economia segue o caminho que lhe é traçado pelos desígnios ambientais. Portanto, este é um exemplo claro.

Ora, nós, em parceria com o Ministério da Economia, temos dado um contributo importante para moldar alguns dos aspectos essenciais dessa política: a ineficiência energética está a ser contrariada e combatida — a União Europeia propõe-se reduzir 9% até 2016; a meta portuguesa é superior a esse valor, e é até 2015; a energia eólica é de 5100 MW, para além do *upgrade* de 600 até 2020; a articulação da eólica/hídrica, que é um dos grande potenciais que temos;

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Claro, paga com o dinheiro dos contribuintes!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — a energia solar — todos conhecem a campanha que está na rua; o biogás; a biomassa; os biocombustíveis; a energia das ondas, ainda em carácter experimental. Isso para além de muitas outras medidas transversais, como por exemplo critérios de sustentabilidade nas compras públicas, na gestão da frota do Estado, na avaliação da eficiência energética dos edifícios públicos e tantas e tantas outras frentes.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ainda não sabemos quanto custa!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Mas também dentro do Ministério do Ambiente esta questão tem vindo a ser seguida. O Grupo Águas de Portugal acabou de anunciar no Dia do Ambiente, dia 5 de Junho, o seu plano de actuação na área das energias renováveis até 2014. Propõe-se instalar 268 MW e produzir 1607 GW/hora. Estas medidas permitirão evitar 724 000 t/ano de emissões, o que corresponde a perto de 4 milhões de barris de petróleo/ano. Isto dentro do Ministério do Ambiente, no Grupo Águas de Portugal. Estes valores são 3% da energia eléctrica actualmente consumida em todo o País e 200% as necessidades energéticas deste grupo empresarial.

Os Srs. Deputados do Bloco de Esquerda e, infelizmente, também da CDU, com as críticas que objectivamente fazem à política de energias renováveis do Governo, servem aqueles que querem abrir em Portugal o caminho para a energia nuclear.

Protestos do Deputado do PCP Miguel Tiago.

Eu sei do que estou a falar! Assim como nos tempos passados se dizia que os esquerdistas faziam o trabalho para a reacção, este posicionamento, aparentemente radical, abre o caminho para o nuclear em Portugal.

O Sr. Deputado António Carlos Monteiro falou das barragens. Recordo que da primeira vez que vim a esta Assembleia da República, discutir o Orçamento do Estado, a pergunta do Sr. Deputado António Carlos Monteiro foi a seguinte: «Então, quando se fazem barragens?» «E as infra-estruturas hidráulicas?» Pois bem, aí as tem Sr. Deputado. E agora que as tem deslocou o alvo das suas perguntas. Elas vão ser feitas, estão a ser feitas por investimento privado (perto de 3000 milhões de euros), sob controlo público, em regime de concessão permitido pela Lei da Água.

Relativamente a Almourol, agradeço-lhe a defesa que faz do Programa Polis. Fico muito grato por dar atenção a esses projectos de requalificação urbana.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E que o Sr. Ministro pretende mudar!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — O concurso ficou deserto, o que não quer dizer que não venha a ser revisto e reconsiderado num escalão mais baixo, não das grandes barragens mas dos aproveitamentos de menor escala. Ele não está abandonado, faz parte do Programa Nacional de Barragens.

No que diz respeito às contra-ordenações, temos visto demagogia demais nesta matéria. O que se diz que são preços de saldo, descontos de 84% é uma fraude comunicacional. Os valores máximos praticamente não foram alterados. Foram alterados pontualmente para manter uma diferença entre mínimos e máximos consistente.

Recordo que, na lei anterior, a diferença entre mínimo e máximo era de um para dois; agora é de um para quatro. Essa foi a nossa preocupação. Aquilo que é uma contra-ordenação, leve, grave ou muito grave, feita por uma pequena empresa precária ou por um grande grupo industrial deve ser diferenciado. Para isso precisamos de uma maior diferença entre mínimos e máximos. Foi essa a diferença que introduzimos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não vai ser possível fazê-lo porque a lei não o permite!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Foi um exercício de profissionalismo, foi um exercício de competência, foi um exercício de honestidade intelectual e de serviço prestado aos portugueses. Ora, lamentamos que a oposição tenha pegado nessa matéria com a mais feroz das demagogias.

No que se refere à sua preocupação fazendo-se eco de uma observação do Tribunal de Contas quanto às captações, há já dois despachos meus balizando esses procedimentos. Neste momento, os contratos de concessão estão a ser redigidos, estão já em fase final e serão assinados nos últimos dias de Junho ou nos primeiros dias de Julho.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Então, não estão!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Estão em preparação, como é próprio da implementação. Pode crer que o mês de Julho não terminará sem que esses contratos estejam assinados.

Quanto à taxa de recursos hídricos, para sua informação digo-lhe que está a ser paga deste 1 de Julho de 2008, cabalmente, 100%.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Como, se não está licenciada?!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Se o Sr. Deputado lesse a lei — julgo que o Sr. Deputado é jurista — constatava que a não existência de título não isenta da taxa.

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Diz lá isso, «preto no branco». Tem um título dedicado a esse assunto.

Está a ser paga desde 1 de Julho de 2008. É jurista, leia a lei!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, atenção aos tempos, se não entra, com a bancada da maioria, num complexo processo semelhante ao do mercado mundial do carbono.

Risos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, Os Verdes já foram hoje acusados, várias vezes, de serem contra as energias renováveis, o que é, obviamente, um disparate! Basta conhecer o historial das propostas de Os Verdes, das intervenções de Os Verdes, ao longo de muitos anos, de muitos governos, na defesa das renováveis também como um caminho fundamental para responder às carências energéticas do País, para perceber que isso é um perfeito disparate, que não «cola» à realidade.

O que aqui está em causa, Sr. Ministro, é compararmos, no momento presente, o caminho que temos de seguir. As doze barragens, incluindo as do Baixo Sabor e de Ribeiradio, representam, com todos os impactos que têm e que já foram referidos, 8% do potencial eléctrico nacional instalado, 4% do total da electricidade consumida, 1% do total de procura de energia. Além disso, têm um impacto mínimo no combate às alterações climáticas: cerca de 3% de gases com efeito de estufa.

Portanto, este Programa não deveria ser a prioridade, porque não responde ao problema energético nem às alterações climáticas no nosso país. Temos outros caminhos mais eficientes.

Certamente, este Programa é muito interessante para as empresas produzirem mais energia, para venderem mais energia, para obterem lucros fabulosos na ordem dos 1212 milhões que obtiveram em 2008, com preços descontados nos impostos 16% superiores à média europeia. Ou seja, são as famílias e as empresas portuguesas que pagam para esses lucros fabulosos da EDP.

Será interessante para o controlo territorial de recursos hídricos dos privados, mas é uma opção desastrosa para o interesse nacional.

Mesmo que só analisássemos do ponto de vista energético e de combate às alterações climáticas, é uma prioridade errada. É que o produto energético nacional está na dependência do estrangeiro, isto é, 86% do que importamos. A esmagadora maioria é petróleo. A electricidade «não risca» nada aí, Sr. Ministro.

O outro grande problema é a ineficiência energética do nosso país: o desperdício, em que somos, infelizmente, campeões, tristes campeões, a nível europeu. Temos um potencial de poupança economicamente viável e interessante na ordem dos 20% a 40%. É o que dizem os estudos internacionais.

É criminoso não dar prioridade à poupança e eficiência energética nos transportes, nos edifícios, que são os maiores desperdiçadores.

Não há uma estratégia nacional energética para dar resposta a esta situação. O Plano Nacional para a Eficiência Energética, aprovado há um ano, está «na gaveta»! Não tem uma única medida no terreno. As medidas que estão no terreno vêm de programas anteriores.

Todos os dias continuamos a perder passageiros para o automóvel particular e os edifícios são extremamente ineficientes.

Sr. Ministro, a questão que se coloca é a seguinte: com o mesmo investimento, com os mesmos 3000 milhões necessários para 12 barragens — calculados os 300 milhões que se prevê que o Baixo Sabor venha a custar —, com investimento parte pública/parte privada, dinamizando na mesma a economia nacional, se investir nas barragens corresponde a 4% dos consumos da electricidade, se investir na poupança energética corresponde a 10% do total de procura energética, Sr. Ministro, e de diminuição de gases com efeito estufa, com um período de retorno de seis anos — não são 40 nem 70 anos! —, com a tecnologia de há 10 anos.

É muito mais rápido, é mais barato, é mais eficiente energeticamente, e no combate às alterações climáticas, investir na poupança e na eficiência energética. Esta devia ser a prioridade do Governo e não está a ser. O Governo está a dar prioridade a um Programa Nacional de Barragens. Infelizmente não podemos viver sem barragens por causa armazenamento energético, mas Portugal já tem muitas barragens. Portugal devia estar focalizado noutras prioridades, designadamente nas energias renováveis a nível do solar, das quais falarei em breve.

Vozes de Os Verdes: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Carloto Marques.

O Sr. **Luís Carloto Marques** (PSD): — Ex.^{mo} Sr. Presidente, Ex.^{mos} Srs. Membros do Governo, Ex.^{mos} Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro: O sol quando nasce é para todos. Entendeu o Governo que este estava apenas disponível para quatro empresas.

Perante a contestação generalizada e a falência eminente de cerca de 200 pequenas e médias empresas de produção e instalação de painéis de água quente para águas sanitárias, o Governo tenta, sem êxito, corrigir uma medida que, teoricamente, se destinava a apoiar a instalação de painéis solares térmicos. Das 200 empresas candidatas à medida apenas 19 estão para já acreditadas. A este ritmo, talvez para o ano 2012 o processo esteja concluído!... Para o Governo existem empresas de primeira e de segunda!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Carloto Marques** (PSD): — Na microprodução, disponível a todos os consumidores de energia eléctrica, que podem desta forma ser também produtores de energia, sempre que o concurso está disponível, onde apenas se poderá aceder através da *Internet*, este encerra passado meia hora. Só cidadãos ou empresas com acesso a redes de alta velocidade de comunicação têm acesso ao concurso. O Governo não percebe que quando o sol nasce é mesmo para todos. Para o Governo existem portugueses de primeira e de segunda!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Carloto Marques** (PSD): — Inventamos, com tecnologia e conhecimento inteiramente portugueses, o forno solar mais eficiente do mundo, que poderá mudar a vida de milhões de mulheres e de crianças que se dedicam à recolha de lenha todos os dias. Mas está inventado e arrumado em armazéns. A prioridade é, como se sabe, para a promoção do computador Magalhães. Importamos petróleo e exigimos contrapartidas através da venda do microcomputador que, por sua vez, também importamos! Para o Governo existem empresas de primeira e de segunda!

No plano fiscal, todos sabemos que esta é uma reserva da Assembleia da República, mas, perante uma maioria absoluta, quem manda é o Governo, que o efectua de uma forma errada, como vamos ver.

Para o gás propano e butano o IVA é de 20%. E quem são os consumidores que o adquirem? Os que residem em zonas rurais ou zonas urbanas deprimidas, os portugueses mais desfavorecidos. Os portugueses que consomem gás natural pagam 5% de IVA. Para o Governo existem portugueses de primeira e de segunda!

Alega-se que a culpa é da União Europeia, mas Malta viu a taxa do IVA desagravada para o gás de bilha na última reunião do Conselho de Ministros das Finanças. Portugal não apresentou nenhuma proposta. Defendeu até ao limite que as portagens para circulação automóvel das duas pontes sobre o Tejo — esqueceu-se que existe uma terceira, a da Lezíria — tenham IVA de 5%. Mas ter-lhe-á ocorrido que a Madeira e os Açores também são ilhas?

O Governo diminuiu, através dos votos dos Srs. Deputados do Partido Socialista, o desagravamento fiscal de alguns combustíveis altamente poluentes derivados do petróleo, mas impede que a Assembleia da República desgrave fiscalmente os equipamentos para a produção de energias renováveis ou para a conservação de energia em edifícios, mas não lhe ocorre, por exemplo, que um consumidor que desperdiça energia não pode ser contemplado com o IVA a uma taxa reduzida. A energia, conforme a concebemos e utilizamos, é um bem escasso, demasiado raro para ser desperdiçado.

Por fim, Sr. Ministro, depois de o ouvir vociferar contra as associações de defesa do ambiente, quero recordar-lhe aqui as palavras que proferiu no Museu da Carris a propósito dos 20 anos da Quercus. Sabe o que disse, Sr. Ministro? Disse: «A Quercus não teve sempre razão, mas teve quase sempre razão».

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, já hoje aqui foi falado o negócio entre a EDP e o INAG. Gostaria de saber se é possível informar-nos onde vão ser investidos os 50 milhões de euros do resultado deste negócio. É uma pergunta bem concreta a que, certamente, o Sr. Ministro me saberá responder.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — O Sr. Ministro falou do sucesso do QREN. Sr. Ministro, em meados de Maio, concretamente a 14 de Maio, a Câmara Municipal de Braga contraiu um empréstimo de curto prazo, no valor de 2 milhões de euros, para fazer face a despesas, porque, segundo o seu presidente da câmara, julgo que insuspeito de ser opositor do Governo, há atrasos na transferência de dinheiros do QREN para projectos da autarquia já aprovados.

O Sr. Ministro certamente não tem dúvidas nenhuma sobre a importância dos dinheiros do QREN na resposta à situação de crise que o País vive. Certamente também não tem dúvidas quanto ao papel importantíssimo que as autarquias poderão ter na resposta à crise que o País atravessa.

Sr. Ministro, a pergunta que lhe faço é muito simples.

Qual a razão do atraso, contrariamente ao que os senhores vão propagandeando, na transferência dos dinheiros do QREN, em particular relativamente a projectos já aprovados, o que levou o município de Braga a contrair um empréstimo desta ordem de grandeza? Qual a razão para a continuação dos atrasos na aprovação de projectos, segundo a mesma câmara municipal e o mesmo presidente da câmara?

Já agora, Sr. Ministro, é capaz de me dizer qual o valor total em dívida às autarquias deste país no que diz respeito a projectos aprovados no âmbito do QREN?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Ministro do Ambiente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:** — Sr. Presidente, vou ser telegráfico, dada a escassez do tempo de que disponho.

Sr. Deputado Agostinho Lopes, não estamos aqui para discutir casos concretos, mas tenho gosto em informá-lo que, neste momento, os reembolsos de recibos validados são feitos em dois meses.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Então é o presidente da câmara que está a mentir?!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:** — Estão superadas algumas disfunções que ocorreram no passado. Não conheço casos concretos. Muitas vezes, os processos são mal instruídos, é preciso juntar documentos, e isso explica algumas das peripécias.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Então é o presidente da câmara que está a mentir?!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:** — Quanto à sua pergunta muito objectiva sobre o que é que se faz com os 55 milhões de euros, a lei di-lo e está escrito no *Diário da República*: é para projectos integrados no litoral. Mais exactamente, são parte do financiamento dos quatro Polis do litoral que estamos a fazer.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Então, repito: é o presidente da câmara que está a mentir?!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:** — Esse dinheiro será integralmente gasto em tais projectos.

O Sr. Deputado Luís Carloto Marques tem a ousadia de criticar o maior programa de painéis solares jamais feito em Portugal. Devia antes perguntar-se: o que fez nessa matéria o partido a que o senhor se juntou nesta Câmara?

Pois fique sabendo que há mais de 7000 unidades já aprovadas nessa matéria. É um programa ambicioso e muito bem sucedido, de que, naturalmente, todo o Governo se orgulha.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Fugiu à questão!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, a eficiência e as energias renováveis não são antagónicas.

Na minha apresentação anterior, tive oportunidade de mostrar que, para além das muitas medidas na área das renováveis, incluindo as hídricas e dos reforços de potência — Alqueva, Picota, Bemposta —, de que julgo que ainda não falei, há medidas em matéria de eficiência energética, há um programa nacional. Portanto, os dois aspectos não são antagónicos, são complementares.

Protestos do Deputado de Os Verdes Francisco Madeira Lopes.

O Sr. Deputado Madeira Lopes tornou-se especialista em «omeletas sem ovos»: o Sr. Deputado está a favor de uma medida até à sua concretização; quando ela se concretiza, descobre que também tem de se pagar um preço ambiental ou social e, aí, vira-se contra ela. Essa é a sua postura face às renováveis,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — ... esse é o caminho da paralisia, o caminho do subdesenvolvimento sustentável.

Aplausos do PS.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Demagogia!

O Sr. **Presidente**: — Em continuação dos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, registamos o facto de ter confessado que, ao fim de todo este momento, continuamos sem ter o licenciamento das 70 captações de água. Como tudo o que acontece com o Ministério do Ambiente, está «em preparação». Talvez agora consigamos perceber por que razão adiaram a aplicação da lei. Realmente, quando é o próprio Estado que não dá o exemplo de licenciar as suas captações de água, como é que, depois, pode exigir aos privados que o façam?

Sr. Ministro, quando fala das contra-ordenações ambientais convinha começar por reconhecer que foi o senhor que, em 2006, propôs nesta Assembleia o actual regime. Portanto, a responsabilidade pelos valores que neste momento estão em vigor é do Sr. Ministro, do Governo e do Partido Socialista, que aprovaram o regime.

A minha pergunta é, pois, a seguinte: enganou-se na altura ou enganou-se agora?

É que, Sr. Ministro, passados apenas dois anos, vem mudar e dar um sinal que é exactamente o contrário do que deveria ter sido dado. E fá-lo ao mesmo tempo que aumenta os custos para as produções que procuram respeitar o ambiente, isto é, aumentando a taxa de recursos hídricos para os agricultores?!

A verdade, Sr. Ministro, é que os agricultores estão a pagar mais taxa do que antes quando os sistemas estavam na dependência do Ministério da Agricultura, e isso é feito sem qualquer investimento nessas infra-estruturas.

Portanto, Sr. Ministro, a sensação que dá é que essa taxa sobre os recursos hídricos e os estudos económicos que levaram à fixação do valor da mesma não tiveram em atenção a situação difícil actualmente vivida pelos agricultores, preferindo o Ministério do Ambiente, pelo vistos, beneficiar os infractores, baixando o valor das contra-ordenações, em vez de readaptar a taxa de recursos hídricos ao que são as dificuldades que os agricultores estão a sentir. Sr. Ministro, este é que é um sinal absolutamente errado.

Se o Sr. Ministro acha que quer apoiar as pequenas empresas, comece pelas pequenas empresas agrícolas.

É que, Sr. Ministro, sou jurista, li a proposta de lei, e, nas contra-ordenações, não é feita qualquer distinção entre pequenas e grandes empresas. As grandes empresas vão ser beneficiadas exactamente da mesma forma que as pequenas. Não há nenhuma distinção porque, na proposta de lei, o Governo não se preocupou em estabelecer essa diferenciação.

Portanto, Sr. Ministro, não diga o que não é verdade. A alteração do valor das contra-ordenações ambientais não serve para proteger as pequenas empresas. Nesta matéria, o que vai fazer, Sr. Ministro, é tratar da mesma forma todas as empresas que violam a lei, que prejudicam o ambiente, ou seja, beneficiando-as, e isso é que é censurável.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vaz.

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ao longo da minha vida, sempre me considerei um defensor do ambiente, um ambientalista, daí que tivesse alguma simpatia por tudo o que é verde. Mas quando olho para os nossos Verdes, vejo-os tão amargos e tão azedos que seria bom que amadurecessem um pouco para adoçar a sua intervenção. Ao longo do tempo, habituaram-nos a um discurso do contra: são contra tudo, contra tudo o que é protecção e defesa do ambiente e contra tudo o que venha do Governo.

Mas falemos de barragens e das vantagens, para além da exploração hidroeléctrica, para além do fim para que prioritariamente foram construídas, que podem ter para a população, para o desenvolvimento económico e social a nível local. E isso depende, fundamentalmente, da acção de outros agentes que não o Governo, nomeadamente do poder local.

Recordo que, depois do 25 de Abril, no primeiro governo de Mário Soares, foi construída em Portugal, concretamente em Trás-os-Montes, a Barragem do Azibo, a maior barragem de terra batida da Europa, com um plano de água de cerca de 400 ha.

Tive o privilégio de estar na génese de muito do que ali foi feito, precisamente no aproveitamento colateral daquele grande investimento.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Qual foi?

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — Vou dizer-lhe, Sr.^a Deputada, e, aí, na sua bancada, tem exemplos que o podem testemunhar.

Esta barragem foi construída num local que hoje está classificado como sítio da Rede Natura 2000, um sítio peculiar onde coexistem, por exemplo, espécies vegetais mediterrânicas, atlânticas e continentais, como o pinheiro, o castanheiro, o sobreiro ou a oliveira. Esta barragem foi construída, esta albufeira foi aproveitada.

Nasceu ali o primeiro parque-natureza do País, figura que até não existia na ordem jurídica portuguesa. Criou-se ali a primeira área protegida de interesse local, com uma vasta zona de lazer e banear, considerada, muito justamente, a melhor do País, que atrai milhares de pessoas todos os Verões...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Mas afasta a população!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — ... e onde, no ano passado, tive o grato prazer de me encontrar, em calções de banho, com o líder da bancada do PCP, aqui presente, o qual pode testemunhar a qualidade do que lá está feito.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — Por outro lado, no mesmo local existe um parque-natureza que, lamentavelmente, a actual gestão do PSD quase abandonou.

Existiu também ali a primeira ecoteca construída no País, que era uma escola ambiental viva e atraía ao local dezenas e dezenas de camionetas com alunos das nossas escolas. Hoje, esse processo está parado.

Eis, pois, um exemplo vivo do que pode ser feito neste novo plano de barragens, aproveitando a envolvimento de uma albufeira, e onde agora vão surgir uma série delas.

O Sr. **Luís Carloto Marques** (PSD): — E quanto é que gastam?

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — Deixo uma questão dirigida a todos.

Se a Barragem do Azibo fosse construída hoje, certamente teríamos os «verdes», os «vermelhos», os «laranjas» e os «amarelos» absolutamente contra, liquidando um projecto que hoje pode ser visto por todos. É isso que aqui está em causa.

Aplausos do PS.

Num momento como este, em que, pode dizer-se, estamos em plena campanha eleitoral,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Está-se a ver!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — ... é confrangedor ver que «verdes», «vermelhos», «amarelos» ou «laranjas» estão em uníssono, sempre no ataque ao que é feito, e bem feito, pelo actual Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, os senhores, tal como o Sr. Deputado acabou de fazer, procuram permanentemente associar às mega barragens a ideia de um grande desenvolvimento, de um grande contributo para o combate às assimetrias regionais.

Sr. Ministro, já aqui foi dito hoje que Portugal tem cerca de 65 barragens hidroeléctricas. A bacia hidrográfica do Douro comporta já 14, mas o Governo quer construir lá mais 6.

Ora, se seguíssemos a lógica do Governo, era evidente que esta bacia hidrográfica seria um pólo de desenvolvimento por excelência do País. É, Sr. Ministro? Não é, pois não?! Pois é...

Sr. Ministro, vamos lá ver números concretos para percebermos exactamente do que estamos a falar.

Vamos pegar nalguns concelhos do nosso país onde estão localizadas barragens destas de que estamos a falar.

Concelho de Miranda do Douro: 2 barragens — Miranda e Picote. A freguesia onde se situa a barragem de Picote perdeu 31% de população e o respectivo concelho 8% de população.

O concelho de Carrazeda de Ansiães, onde se situa a Barragem da Valeira, perdeu 21% de população; a freguesia de Linhares perdeu 33,97% de população.

O concelho da Régua perdeu 14,5% de população; a freguesia em que se situa a barragem perdeu 24,3% de população.

No concelho de Macedo de Cavaleiros, com a Barragem do Azibo, 35,41% da população abandonou a freguesia de Salselas — está a ver, Sr. Deputado?...

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — Isso é por causa da gestão PSD!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — A freguesia de Vale da Porca perdeu 11,74% da população e o concelho perdeu, no total, 8,5% da população.

Castelo do Bode perdeu 10,9% da população.

Perguntarão os Srs. Deputados o que quero dizer com isto. Quero dizer que os senhores têm de ser verdadeiros nos argumentos que apresentam! Os senhores constroem barragens que não servem as

populações locais! Inclusivamente, em Abrantes, na freguesia onde está construída a barragem, uma boa percentagem da população não tem sequer electricidade em casa.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Exactamente!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Temos de ser sérios quando apresentamos as coisas! Temos de ser sérios e falar verdade às pessoas.

Quando os senhores utilizam o argumento das assimetrias regionais, verificamos que o resultado é aquele que referi. E, depois, o que fazem? Vão lá encerrar escolas, centros de saúde, postos da GNR, porque não há população naquelas localidades pois os senhores liquidam a capacidade de desenvolvimento que muitas têm. Assim, «não vale»! Os senhores vivem dos argumentos da falácia, da mentira, com objectivos que não são concretizados em torno das alterações climáticas, da produção hidroeléctrica.

Na verdade, este Plano Nacional de Barragens, bem esmiuçado, é uma coisinha de nada face àquilo que o País necessita e para o que teria capacidade com outra política, designadamente ao nível da eficiência energética e de uma aposta séria na energia solar.

Srs. Deputados, sobre a questão do nuclear, de tão patética que é (e peço desculpa pela expressão, Sr. Presidente) essa acusação em relação a Os Verdes, de uma hipotética defesa da energia nuclear, que, acho, merece uma resposta. Deixo-a para a nossa intervenção final.

Vozes de Os Verdes: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente** (Humberto Rosa): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Carlos Monteiro, recordo-lhe que o licenciamento de captações de água era devido desde 1994. Muitos governos não conseguiram fazê-lo, mas nós pusemo-lo em prática e está a andar.

Quanto à Lei-Quadro das Contra-Ordenações Ambientais, de facto, errámos, Sr. Deputado, quando na proposta que aqui apresentámos não estavam ainda categorizadas em legislação as leves, as graves e as muito graves. Essa prática é que demonstra o erro na proposta inicial. Agora, quero chamar a atenção para o seguinte: quem está contra a correcção da Lei-Quadro das Contra-Ordenações Ambientais, está a favor de que uma empresa que se esqueça de afixar o seu plano de prevenção de resíduos (não é não tê-lo, é não o afixar) possa ter de pagar, no mínimo, 9000 €.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A responsabilidade é sua!

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente:** — E, no caso das pequenas e das grandes empresas, não ter a licença ambiental, implicará que uma pequena cerâmica pague, como mínimo, 60 000 €, e que uma central termoeléctrica pague, como máximo, 70 000 € — isto é o que vigora actualmente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A responsabilidade é vossa!

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente:** — Portanto, Sr. Deputado, como a responsabilidade é nossa, estamos a propor a alteração.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas não distingue na proposta de alteração!

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente:** — Quanto à taxa de recursos hídricos, ela é reconhecidamente muito baixa para o sector agrícola. O próprio sector tem-no reconhecido em estudos confirmados.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Nota-se...!

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente**: — E, Sr. Deputado, o Fundo de Protecção de Recursos Hídricos, aprovado em 5 de Junho, permite precisamente o reinvestimento no sector do que essa taxa nos traz.

Agora, Srs. Deputados, quanto ao tema da energia — e recorde as afirmações da Sr.^a Deputada Ofélia Moleiro —, pergunto: o que encontrámos em termos de emissões de gases com efeito de estufa, quando iniciámos funções? A meta de Quioto era a de não aumentarmos em mais de 27% o que emitíamos em 1990 e, nessa altura, as emissões já estavam 22% acima dessa meta.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Já estava esgotada quando o Governo iniciou funções? Então, a responsabilidade é do Governo do Eng.^o Sócrates!

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente**: — Em 2006, passou a estar em 18%; em 2007, em 11%; e a previsão para 2008 está em 7% a 5%. Então, alguma coisa que não estava a acontecer antes, aconteceu, Srs. Deputados!

Bem sei que há a conjuntura, há a hidraulicidade, mas também há as medidas de renováveis e de eficiência energética que o Governo tem vindo a implementar.

Quanto a barragens, ouvi o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes dizer «infelizmente, precisamos de barragens». É verdade! Também estou de acordo! E até estou de acordo com o advérbio «infelizmente», porque, se pudéssemos não as ter, não haveria o sacrifício no território que qualquer barragem impõe. Como é óbvio, qualquer barragem impõe sacrifícios à biodiversidade e ao território. Mas, infelizmente, precisamos de barragens para termos produção eléctrica no território.

A questão é que os senhores entendem que não precisamos de mais nenhuma e, infelizmente, isso não é verdade, Sr. Deputado. Precisamos das barragens,...

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — daquelas 12?!

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente**: — ... das eólicas, da energia solar, da energia das ondas, da eficiência energética, enfim, de tudo isso.

O plano de barragens veio trazer um novo paradigma de decisão e de escolha de barragens. É que, dantes, era a «guerra» do Alqueva, depois, era a «guerra» de Foz Côa, depois, era a «guerra» do Sabor... Agora, não é assim. Foram vistas ao mesmo tempo 25 barragens e escolhidas 10, com uma avaliação ambiental estratégica. Se os critérios tivessem sido só ambientais, sabe qual era a diferença na lista das 10? Haveria só uma diferente em 10, se o ambiente fosse o único critério. Portanto, a avaliação ambiental estratégica de multicritério deu a melhor escolha ambiental. E, depois, temos a escolha concreta de cada uma.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A barragem de Almourol já não devia existir, à partida!

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente**: — Quanto ao desenvolvimento regional, as barragens não são, como é óbvio, uma panaceia universal para o desenvolvimento regional — não pode dizer-se «uma barragem chega» e está tudo resolvido —, mas são uma oportunidade para o desenvolvimento regional. E basta os Srs. Deputados lerem a DIA (Declaração de Impacte Ambiental) com atenção no que se refere à barragem de Foz Tua — pelos vistos, a «gota de água»! Qual foi a cota aplicada? A mais baixa. Portanto, não foi a que mais interessava à produção hidroeléctrica. É a mais baixa de todas, a que mais salvaguarda o território.

Quanto à questão sobre a qual muitos falaram da linha do Tua, etc., a linha do Tua tem de se manter no troço não alagado,...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Então, não tem?!...

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente**: — ... tem de ser estudada uma alternativa (inclusive, ferroviária) e manter um sistema de transportes públicos. E as medidas de compensação — desde logo, para o desenvolvimento regional e, em particular, para a conservação da natureza e biodiversidade — são muito exigentes, como poderão verificar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Manuel Campos.

O Sr. **António Manuel Campos** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, lamento que o Sr. Ministro da Economia não esteja presente, mas os Srs. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência, naturalmente, não deixarão de transmitir as nossas dúvidas e preocupações.

A evolução do preço do petróleo, do carvão e do gás natural continua a colocar em risco a recuperação do crescimento económico em Portugal. O País está a ser mais afectado do que muitos países europeus, dada a sua maior dependência energética do petróleo, três vezes mais elevada em Portugal do que na média dos países da União Europeia a 15.

As empresas portuguesas são duplamente penalizadas: pela subida dos custos com a energia e porque pagam mais do que os seus concorrentes em Espanha.

O nosso tecido empresarial, mesmo o que possui capacidade negocial, foi enganado em 2005 e 2006. Antes da liberalização, negociaram contratos que faziam baixar as tarifas eléctricas e, passados meia dúzia de meses, viram esses contratos serem denunciados unilateralmente e as tarifas aumentadas em mais de 10% pela simples razão de que o mercado ibérico não tinha condições práticas para funcionar, agravando significativamente a competitividade das nossas empresas.

O que é que o Governo fez para baixar «os custos de interesse geral», que, em 2008, atingiram um número aproximado de 1200 milhões de euros, representando 20% no preço final da energia eléctrica?

O que fez para assegurar que não existam obstáculos físicos, regulamentares de mercado, ou outros, à importação de energia eléctrica, principalmente no âmbito da gestão das interligações?

O que fez para permitir o recebimento agrupado de energia eléctrica em áreas empresariais, permitindo diminuir custos com os PT, baixadas, técnicos de manutenção, etc.?

Para quando a supressão dos custos, para as empresas, com as baixadas, a exemplo de Espanha?

Qual a razão para se manter os ramais como propriedade da EDP, mesmo que tenham sido integralmente pagos pelas empresas?

Para quando o pagamento automático, por parte da EDP, às empresas, quando as referidas baixadas são utilizadas por outras empresas?

Qual a justificação para um aumento do preço da electricidade, muito acima da inflação, criando dificuldades acrescidas às empresas, quando o que é necessário é apoiá-las como forma de garantir o emprego?

O défice tarifário vai ser agravado, neste ano de grave crise económica?

E nas IPSS? Qual a razão pela qual o Governo não promoveu uma linha de crédito que estimularia a reconversão das frotas automóveis por veículos mais eficientes?

Também para estas instituições, para permitir diminuir os seus custos de funcionamento, por que não o apoio à reconversão das suas fontes de energia, com consumos elevados e necessitadas de grandes manutenções, por energias alternativas e mais económicas?

São medidas deste tipo que poderão minorar as dificuldades que o sector da economia social atravessa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É verdade, Sr. Secretário de Estado, que as barragens têm impactos muito elevados e ainda bem que o Governo, finalmente, o reconhece — finalmente, ao longo deste debate, reconheceu-o.

O que está em causa é avaliar — e esse é o objectivo pelo qual estudamos, discutimos e, depois, devemos decidir — se temos mais benefícios ou se temos mais prejuízos. E se os impactos são superiores aos benefícios, não devemos avançar. Aliás, a avaliação ambiental estratégica nunca fez a comparação com o

«panorama zero», isto é, com o «não fazer». Nem nunca o comparou com, por exemplo, outras alternativas energéticas, com poupança e eficiência energética.

Mas o estudo de impacte ambiental apresenta, de facto, e explica que há imensos impactes muito graves — não só ambientais, na qualidade da água e na circulação de inertes, do que já falámos, mas do que, infelizmente, a avaliação ambiental estratégica também não falou, omitindo a questão dos inertes e do impacte na costa, pelo que essa questão não está avaliada.

Também não está avaliado, por exemplo, o nível de CO₂, que também é produzido nas barragens, não só porque temos águas paradas mas também porque temos perda de floresta, definidor de CO₂. Assim como não estão avaliados os imensos impactes patrimoniais e paisagísticos, numa zona que a avaliação ambiental estratégica não reconheceu mas que o estudo de impacte ambiental reconheceu que afecta área da paisagem protegida do Alto Douro Vinhateiro, património mundial reconhecido pela UNESCO.

O estudo de impacte ambiental refere o impacte no turismo, na perda de uma linha ferroviária centenária, das mais belas que temos em Portugal e que tem sido um dos poucos sustentáculos do desenvolvimento turístico daquela zona, que, infelizmente, vai perder esse aspecto.

A nível agrícola, o concelho de Murça vai sentir terrivelmente na vitivinicultura os impactos da barragem. E os outros agricultores — e não só aqueles cujas terras vão ser alagadas, que, aliás, são os mais jovens e os mais empreendedores — vão ser todos afectados, porque a própria sustentabilidade da adegas cooperativa vai ser posta em causa. E o que acontece aos outros agricultores se não tiverem por onde escoar a sua produção?

Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, este estudo de impacte ambiental — ao contrário, como já referi, da avaliação ambiental estratégica — vem, de facto, «pôr o dedo na ferida» e demonstrar os imensos impactos. E a realidade é que eles são muito superiores àquilo que a barragem da Foz do Tua traz de benéfico. Também as medidas minimizadoras não conseguem, de forma alguma, diminuir os impactes de forma sólida e consistente. E tudo isto para uma produção de apenas 0,5% da electricidade que consumimos.

Sr. Secretário de Estado, num momento em que os senhores anunciam um protocolo — aliás, assinado pelo Sr. Ministro do Ambiente — de reabertura do troço ferroviário Pocinho-Barca d'Alva, que vai trazer outra potencialidade à Linha do Douro (assim todos os esperamos e Os Verdes clamam por isso há muito tempo) na ligação de vários patrimónios mundiais (como Salamanca, Porto, Alto Douro Vinhateiro, que agora pode ficar manchado com esta barragem, mas esperamos que assim não aconteça), a realidade é que os senhores vão submergir, mesmo à cota mais baixa, a parte que permite a ligação da Linha do Tua à Linha do Douro. E sem isso a Linha do Tua não tem, infelizmente, sustentabilidade. Se, até há pouco tempo, os senhores não queriam reabrir o troço Pocinho-Barca d'Alva, que tinha possibilidade de ligar a Espanha, o que se dirá agora de um troço que fica a quatro estações do Tua, até Mirandela?! Sejam sérios!

Portanto, a barragem, mesmo à cota mais baixa, vai implicar sempre uma situação verdadeiramente desastrosa em termos da Linha do Tua e do potencial desenvolvimento turístico daquela região.

Sr. Ministro, a pergunta que fica é esta: face a todos estes impactos, que são claramente mais negativos do que as vantagens positivas que são anunciadas, como é que o Ministério do Ambiente dá este aval positivo perante este estudo de impacte ambiental? Isso é que é verdadeiramente extraordinário e fica por explicar.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches.

O Sr. **Jorge Seguro Sanches** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este é um debate que honra a Assembleia da República. Debater energia e ambiente é algo que deve estar no centro de quem tem preocupações políticas e cívicas no nosso País e no mundo.

Foi com esse intuito que o PS, no dia 3 de Dezembro, a propósito das renegociações de Quioto, apresentou uma declaração política nesta Assembleia sobre o tema das alterações climáticas.

E devo dizer que foi o PS que o fez — nessa altura, Os Verdes, estavam ocupados, possivelmente, a tentar fazer algum «trabalho de casa», que hoje tentam apresentar aqui à pressa. Só que esse «trabalho de casa» não permitiu que corrigissem algumas questões.

Em 2005, a CDU, da qual fazem parte Os Verdes e o PCP, apresentou-se aos portugueses com um programa eleitoral.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não há nenhum programa eleitoral da CDU! Há um do PCP e um de Os Verdes! Há dois programas eleitorais! Já estava a aldrabar!

O Sr. **Jorge Seguro Sanches** (PS): — O Programa Eleitoral do Partido Comunista Português,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ah!

O Sr. **Jorge Seguro Sanches** (PS): — ... sob o lema «Mais votos na CDU para mudar a sério», propunha, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o relançamento...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Já se apanhou a «mentirola»!

O Sr. **Jorge Seguro Sanches** (PS): — O Sr. Deputado Bernardino Soares está muito nervoso com aquilo que, na altura, apresentou aos portugueses, em conjunto com Os Verdes, e que, hoje, está a tentar desdizer.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Já apanhámos a «aldrabicezinha»!

O Sr. **Jorge Seguro Sanches** (PS): — Como dizia, o Programa Eleitoral do PCP propunha o relançamento das obras públicas, transportes ferroviários e rodoviários e barragens — barragens, aí está! Hoje, porém, já dizem isto de uma forma diferente.

Como disse há pouco o Sr. Ministro, e muito bem, os senhores estão sempre a favor, mas, quando se concretiza, os senhores passam logo a estar contra — é sempre assim.

Vozes do PS: — É uma vergonha!

O Sr. **Jorge Seguro Sanches** (PS): — Mas não só! O Bloco de Esquerda, no seu Programa Eleitoral, também dizia: «O que falta são políticas decididas e corajosas, que vençam o *lobby* petrolífero, que domina através da economia, dos governos, da guerra; que impeça a tentativa de recorrer à energia nuclear e a grandes barragens (...)». Então, ficámos convencidos de que, afinal, o Bloco de Esquerda queria pequenas barragens. Mas não foi isso que fez. É que, quando esta Assembleia discutiu aqui uma resolução para a construção de mini-hídricas, o Bloco de Esquerda — tal como, aliás, Os Verdes — esteve contra a proposta apresentada pelo PSD. Ora, isto mostra que, de facto, os senhores estão contra tudo.

Mas devo dizer o seguinte: o Sr. Deputado Agostinho Lopes, Presidente da Comissão Eventual para o Acompanhamento das Questões Energéticas, é um dos Deputados que mais tem lutado e colocado a questão das barragens na agenda portuguesa — e muito bem!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Afinal, somos coerentes!

O Sr. **Jorge Seguro Sanches** (PS): — É que, afinal, os senhores não se entendem. Na verdade, alguns de vocês fazem um trabalho sério, mas outros, quando chega a altura de debater efectivamente os problemas, estão sempre contra, porque acham que isso é o que vos dá votos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Seguro Sanches** (PS): — Pela nossa parte, não é assim que entendemos que deve fazer-se política, nomeadamente em questões tão relevantes como esta, relativa à energia e ao ambiente.

O que o Governo fez quanto às barragens foi um processo inovador. Começou, como referiu há pouco o Sr. Deputado Renato Sampaio, por dizer «temos alguns pontos do País onde podem ser construídas barragens e vamos analisar, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista ambiental, os locais onde podemos construí-las». E através desse processo, em que não foram os privados mas o interesse

público a escolher — e quero dizer-lhes que a questão ambiental foi sempre tida em conta —, escolheu-se 10 locais para construção de barragens.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Nós contestámos três!

O Sr. **Jorge Seguro Sanches** (PS): — Esta é uma marca muito positiva da governação.

Gostaria de falar de uma barragem que se insere na minha região: a do Alvito. Só em relação a essa barragem prevê-se que, entre 2012 e 2016, haja mais 1000 postos de trabalho naquele local.

Quando começámos este debate referimo-nos à importância da energia e da economia e é nisto que os senhores deveriam focar-se. Os senhores deveriam dizer que querem mais deste investimento, que, aliás, é também inovador, porque passamos, pela primeira vez, a receber dinheiro pelo facto de existirem barragens, o que nunca aconteceu antes. Este plano de barragens prevê que entrem para os cofres públicos 2000 milhões de euros. Os senhores estarão contra. Os senhores à minha esquerda estarão contra pela questão absolutamente teórica e preconceituosa de se tratar de investimento público. E os senhores à minha direita estão sempre conta, porque são contra tudo o que seja investimento e tudo o que seja criar riqueza no nosso País.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Estes senhores estão contra?! Ainda agora disse que fomos nós que apresentámos o projecto de resolução!

O Sr. **Jorge Seguro Sanches** (PS): — Quero fazer aqui um apelo aos Srs. Deputados no sentido de que tomem este tema como um tema sério e decisivo para o nosso País.

É isso que os portugueses esperam, porque este tema, tal como disse no início do debate, é absolutamente fundamental para o futuro das novas gerações.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente**: — Sr. Deputado António Manuel Campos, foi combinado ser o Ministério do Ambiente a responder nesta interpelação e por isso me atarei às questões ambientais.

Sr. Deputado Madeira Lopes, diz o Sr. Deputado que, «finalmente», o Governo reconhece que há impactos nas grandes barragens!»! Sr. Deputado, então é o processo de avaliação ambiental estratégica é para quê? A avaliação de impacto ambiental é para quê? O Sr. Deputado não se esqueça que o Plano Nacional de Barragens não serve apenas para aprovar 10 barragens mas para rejeitar 15, algumas de elevadíssimo potencial hidroeléctrico. Porquê? Porque têm impactos ambientais inaceitáveis.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente**: — Em relação à barragem de Foz Tua, o Sr. Deputado tem a opinião de que o balanço não compensa. Olhe, Sr. Deputado, a vasta maioria dos participantes na discussão pública não tem essa opinião, a comissão interministerial de avaliação não tem essa opinião, a autoridade de avaliação de impacto ambiental não tem essa opinião e o Governo não tem essa opinião.

Sr. Deputado Jorge Seguro, o tema das alterações climáticas e do ambiente em geral é o maior indutor de sustentabilidade do mundo e de Portugal também. Estamos inseridos numa União Europeia que não largará esse caminho e estamos a trilhá-lo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Concluídas as perguntas, passamos às intervenções.

A primeira inscrita é a Sr.^a Deputada Alda Macedo.

A Sr.^a **Alda Macedo** (BE): — Sr. Presidente, permita-me que esclareça um pouco os Deputados do Partido Socialista, que parecem andar um pouco distraídos em relação ao debate parlamentar e onde é que o mesmo se situa.

Convém esclarecer os Deputados do Partido Socialista que, em relação a 10 das barragens que constam do Plano Nacional de Barragens, o Bloco de Esquerda pôs em causa a construção de 3. Veja bem, Sr. Deputado! Três destas 10 barragens, em função da análise de duas vertentes, sendo que uma delas diz respeito às necessidades de electricidade do País, tendo em vista uma política energética transversal ao conjunto das vertentes de intervenção que têm a ver com uma maior eficiência energética, por um lado, a redução de consumos e a resolução do problema de abastecimento de electricidade.

Mas o que é certo, Sr. Deputado Jorge Seguro é que o Bloco de Esquerda não prescinde dos critérios de avaliação do impacto ambiental e quando avaliamos o que é o impacto ambiental, Sr. Secretário de Estado e Sr. Ministro do Ambiente, vale a pena os senhores, então, explicarem como é que se justifica que seja o próprio Presidente da Administração de Região Hidrográfica do Norte que reconhece que a Bacia Hidrográfica do Rio Douro está altamente castigada, repito, altamente castigada, pelo excesso de construção de barragens e que isso tem impactos na qualidade da água. Ouviu, Sr. Ministro? Impactos na qualidade da água. A construção de uma barragem tem, repito, impactos na qualidade da água.

Não vale a pena tentar iludir os portugueses com aspectos técnicos, porque quando o coloco em confronto com a implicação da taxa de recursos hídricos para as hidroelétricas e para consumo humano, o que está aqui em causa é a separação de dois critérios determinantes: uma coisa é a captação da água, o uso do recurso público para prestação de um fim social; outra coisa é o uso do recurso público para fins mercantis. Ora, o Sr. Ministro não pode negar que quer a EDP quer a Iberdrola são empresas que têm por objectivo gerar resultados positivos, como os que tiveram no ano passado. Julgo que não é preciso lembrar que a EDP teve, no ano passado, mais de 1000 milhões de euros de resultados positivos e a Iberdrola fechou o ano de 2008 com o resultado positivo de 2800 milhões de euros. Estamos, portanto, a falar de empresas que têm uma actividade que se coloca no campo da actividade mercantil, por oposição à ideia da prestação de serviço público, que é o caso da água para abastecimento humano.

No que tem a ver com a água para abastecimento humano, tudo aquilo que o Sr. Ministro tem para dizer é que os portugueses vão ter de pagar mais caro pelas tarifas da água, sem ter a capacidade política de reconhecer que, estando preocupado com a preparação dos negócios da água, o Sr. Ministro está a trazer mais uma carga de agravamento para a condição de vida dos portugueses, em geral.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Ministro, que, na verdade, esta é uma contradição profunda, que nos coloca em relação às previsões do futuro. O Sr. Ministro faz hoje, aqui, uma profissão de fé contra o nuclear, mas digo-lhe que, desta bancada, que é uma bancada assumidamente vermelha, com toda a certeza, do seu lado, do seu Governo, veremos o que os senhores dizem em relação ao nuclear quando, mais uma vez, forem os negócios da electricidade a estar em causa, no futuro.

Aplausos do BE.

O que os senhores têm feito em matéria de ambiente é pôr-se de joelhos diante dos negócios.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Alda Macedo** (BE): — Os senhores cederam diante do negócio da electricidade e entregaram o ambiente ao negócio da electricidade. Cederam o ambiente ao negócio do imobiliário e entregaram a orla costeira ao negócio do imobiliário. Os senhores entregam a estratégia da água aos futuros negócios da água.

Esta é a sua marca, Sr. Ministro, é a marca da acção do seu Governo e dela o senhor não consegue fugir, nem agora nem no futuro.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Realmente vemos, no final deste debate, que o Sr. Ministro não tem qualquer razão em pensar que pode estar muito satisfeito consigo próprio.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. Secretário de Estado do Ambiente acabou de dizer ainda agora que os agricultores estão contentes por pagar mais pela taxa de recursos hídricos. Não sei em que país é que o Sr. Secretário de Estado do Ambiente está, mas não é, com toda a certeza, em Portugal!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Reconheceu o Sr. Secretário de Estado do Ambiente que o Governo se enganou quando, em 2006, propôs a lei de contra-ordenações ambientais. Sr. Secretário de Estado do Ambiente, penso é que está a enganar-se agora também, porque aquilo que está a dar é um sinal péssimo, dado que está a favorecer os poluidores e a beneficiar os infractores e a concorrência desleal. E, Sr. Ministro do Ambiente e Sr. Secretário de Estado do Ambiente, por mais que procurem invocar esse argumento, não há na lei qualquer distinção entre pequenas empresas e grandes empresas. Poderia haver, mas não há. Não há um único sinal dessa preocupação que o Sr. Ministro veio aqui invocar.

Este é um Governo em que o principal problema acaba por ser de audição. É um Governo surdo, que não ouve aquilo que lhe é dito e que, como não ouve aquilo que lhe é dito e é teimoso, insiste em questões que já poderiam ter sido resolvidas há muito.

Ouvimos falar aqui várias vezes no Plano Nacional de Barragens e nas 10 barragens. Mas, Sr. Ministro, nunca foram 10 barragens e nós avisámos desde o início que não eram 10. Havia uma que não podia ser feita. Aliás, como se vê, ficou deserto o concurso, porque, quando o INAG prevê uma barragem que vai inundar uma obra na qual o próprio INAG tinha colaborado, que era o açude insuflável, o Sr. Ministro diz: «Não há problema, muda-se de sítio». Essa barragem ia inundar as obras do Polis pelo qual o Sr. Ministro foi responsável. Por isso, penso que é ridículo ter-se considerado, sequer, essa barragem no Plano Nacional de Barragens.

É evidente, Sr. Ministro, que, estando nós de acordo com a necessidade de investimento no hidroeléctrico, não se pode negar que há sérios problemas de falta de qualidade da água. Tivemos ainda há pouco 50 km de Tejo que ficaram cobertos de algas que resultam da falta de qualidade dessa mesma água. Sr. Ministro, estamos numa fase em que, seguindo o ditado de que «De Espanha, nem bom vento nem bom casamento»...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Baptizado, neste caso!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — ... neste caso, Sr. Ministro, podemos começar a acrescentar: «nem boa água».

Com toda a franqueza, não estou tranquilo com a forma como o seu Governo tem ignorado esse problema e não tem obtido quaisquer resultados na melhoria da qualidade da água que vem de Espanha para o nosso País.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Almeida.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, Sr. Ministro, gostaria que me pudesse responder de forma muito concreta a uma questão que, aliás, já lhe coloquei em sede de comissão mas que vimos num jornal publicado hoje e que tem a ver com o QREN.

Nesta perspectiva, veio hoje noticiado algo que, aliás, já se sabia, ou seja, que o instrumento de gestão e controlo dos programas operacionais regionais do QREN ainda não foi certificado. V. Ex.^a desvaloriza, diz que não tem importância, mas, depois, a ler a mesma notícia, ao lado, percebemos a angústia dos empresários sobre essa matéria.

Portanto, Sr. Ministro, o que eu gostava é que, de forma clara, garantisse à Câmara aquilo que garante hoje a um jornal. É ou não verdade que esta falta de certificação, este atraso em Bruxelas, traz consequências para o já muito lento andamento relativamente ao QREN?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Voltando à energia, Sr. Ministro, bem sei que Os Verdes não terão pedido a presença do Sr. Ministro da Economia, mas fazer uma discussão sobre política energética sem um único membro daquele Ministério é muito difícil.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Não aponte só para aqui! Vamos ser rigorosos!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Seria, aliás, possível falar de política energética só com a presença do Ministério do Ambiente,...

O S. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não com este Governo!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — ... se, neste caso, não fosse com este Ministro do Ambiente, que pouco ou nada tem contribuído para o desenho da política energética no País.

O Sr. **José Manuel Ribeiro** (PSD): — Essa é que é essa!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Portanto, nesta matéria torna-se ainda mais difícil.

Mas vamos a questões concretas, a que o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, com certeza, saberá responder.

Biocombustíveis: no debate quinzenal que houve sobre energia, dizia então o Sr. Primeiro-Ministro que assumia aqui o compromisso de reduzir de 2010 para 2020 a meta comunitária de 10% de incorporação de biocombustíveis nos combustíveis fósseis.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Está mesmo a ver-se!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Nesse debate, com a soberba que, aliás, caracteriza o Primeiro-Ministro, depreciava todos os alertas que lhe foram lançados nessa altura, e foram muitos! Lembro-me do alerta lançado pelo então líder da bancada do PSD, Sr. Deputado Pedro Santana Lopes, de que seria muito difícil cumprir essa meta, porque, curiosamente, nesse mesmo dia havia saído um relatório que dava nota disso. Lembro-me que do Bloco de Esquerda vieram também avisos nesse sentido e lembro-me da arrogância da resposta do Sr. Primeiro-Ministro.

Dizia o Sr. Primeiro-Ministro, na altura: «Temos uma meta, que assumo, e não há razão alguma para que em 2010 não sejamos capazes de a atingir». Mas depois, mais à frente, dizia, em resposta ao Sr. Deputado Francisco Louçã: «Se o Sr. Deputado lesse mais um pouco sobre esta matéria, veria que esse objectivo era possível cumprir».

Pois, infelizmente, quem deveria ter estudado um pouco mais sobre esta matéria era o Sr. Primeiro-Ministro, porque, se o tivesse feito, teria chegado à conclusão de que, infelizmente, não é possível cumprir essa meta e foi mais uma acção de propaganda a que o Governo já nos habituou.

Relativamente à eficiência energética, que hoje, aliás, o Sr. Secretário de Estado já aqui referiu, devo dizer que o Plano Nacional de Eficiência Energética, que foi aprovado em Abril de 2008 — muito atrasado e depois de várias recomendações da Comissão Europeia..., mas, enfim, foi aprovado em Abril de 2008! —, portanto, Sr. Ministro, já vai há mais de um ano, ainda não saiu do papel, como V. Ex.^a bem sabe.

Há um ou outro episódio desse Plano que pode ter avançado.

O Sr. **Jorge Seguro Sanches** (PS): — Há, há...

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Eu tive oportunidade, em debate com o Sr. Deputado Jorge Seguro, de alertar para o facto de que aquele Plano que tinha sido apresentado aqui não era mais do que uma mão-cheia de boas intenções. É verdade que ninguém pode estar contra aquilo que está previsto naquele Plano; só que não há uma linha sobre a forma como aquele Plano se vai consubstanciar.

Bem, estava bem de ver que, passado mais de um ano, o Plano não passou de mais uma acção de propaganda do Governo!...

Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, eu gostava que me explicassem como é que está a criação da plataforma inovadora de gestão de tráfego com rotas optimizadas por GPS, onde é que está a transferência modal de 5% do transporte individual para o colectivo...

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Aliás, este Plano não tem uma linha sobre a ferrovia. Nem uma linha!

Mas, a terminar, porque não há tempo para falar sobre todas as incongruências daquilo que foi prometido e daquilo que está a ser efectivamente desenvolvido, gostava só que desse dados concretos sobre o cheque eficiência e sobre o programa Renove+. Gostava de saber quantas famílias já foram beneficiadas com este programa Renove+, quantos electrodomésticos foram, de facto, recolhidos.

Este Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, como já tive a oportunidade de dizer num debate anterior, é uma boa mão-cheia de intenções, não há dúvida, mas, infelizmente, não passa disso mesmo e tivemos, mais uma vez, a vergonha de, há pouco mais de dois meses, a Comissão Europeia ter voltado a questionar Portugal pelo atraso do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética.

A eficiência energética, Sr. Ministro e Srs. Deputados, como diria alguém numa conferência que se realizou nesta Casa, é a nossa maior jazida.

É lamentável que não se façam mais investimentos e que não se ande mais rápido nesta matéria e, por isso, já apresentámos algumas propostas concretas.

Mas, claro, ao contrário do que dizem o Sr. Deputado Jorge Seguro e a bancada do Partido Socialista, para o Partido Socialista todas as propostas que vêm da oposição são para rejeitar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Infelizmente, o óbvio continua por fazer e o País está na situação em que está!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Partido Socialista e o Governo, neste debate, incapazes de dar resposta a muitas das perguntas feitas, incapazes de fazer a comparação real de alternativas energéticas, de diferentes caminhos energéticos, globais, fugiram para a demagogia, fugiram para o ataque ao Partido Ecologista «Os Verdes», o partido interpelante.

Os senhores chegaram ao ponto de dizer que Os Verdes são contra as renováveis. Que ridículo! Que são contra tudo. Cassete mais do que gasta!

Chegaram até a dizer que nós, afinal, se calhar, estamos a favor da barragem do Sabor, porque nos esquecemos de a referir na intervenção inicial, quando é sabido que a posição de Os Verdes é claramente contra a barragem do Sabor.

Chegaram até a aventar que Os Verdes seriam, se calhar, a favor do nuclear.

Bem, o ridículo chega a tal ponto que ninguém acredita e percebe que quem está verdadeiramente desorientado neste debate é o Partido Socialista e o Governo!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Aliás, o Sr. Deputado Jorge Seguro, que até percebe tanto de energia — e eu reconheço-lhe isso! —, teve necessidade de fugir para o programa eleitoral, chamando até programa eleitoral da CDU, que, aliás, é uma coisa que não existe.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Existe o Programa Eleitoral do PCP e existe o compromisso eleitoral de Os Verdes.

Neste momento, o Deputado do PS Jorge Seguro Sanches exibiu uma fotocópia do Programa Eleitoral do PCP.

Pode mostrar. Exactamente: esse é do PCP. Mas eu mando-lhe o de Os Verdes, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Esse é o do PCP!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Acho graça que o Partido Socialista, que é tão rápido a defender a pluralidade democrática dentro de um mesmo partido político — dentro de uma lista, por exemplo, para o Parlamento Europeu, em que tinha uns candidatos que defendiam Durão Barroso e outros que atacavam a permanência de Durão Barroso na presidência da Comissão Europeia —,...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Bem lembrado!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — ... se choque muito quando há dois partidos diferentes, repito, diferentes, que têm, sobre uma determinada questão, uma posição não coincidente. É extraordinária, Sr. Deputado, a vossa concepção democrática das coisas!...

Vozes do PCP: — Claro! Muito bem!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — São dois partidos. Não é um partido como o PS!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É, hoje, claro que Portugal já não vai cumprir o objectivo de Quioto de não aumentar em mais de 27%, face àquilo que emitíamos em 1990, a emissão de gases poluentes e que vai ser obrigado a pagar as multas de Quioto sob a forma de compra de licenças de emissões, que o Governo computava, há algum tempo, em 348 milhões de euros. É dinheiro que vai deixar de investir cá dentro, no País, designadamente na poupança e eficiência nacionais ou nas renováveis e que vai mandar para fora, seja para comprar licenças de emissões, seja para — enfim, do mal, o menos! — investir em países terceiros na melhoria da eficiência energética.

A questão está agora em perceber o caminho que estamos a trilhar, Sr. Ministro — e ainda bem que está tão bem disposto! —, em relação ao falhanço de Portugal no que diz respeito aos objectivos de Quioto. É extraordinário!

Os nossos maiores problemas energéticos são os transportes e os edifícios, Sr. Ministro. Concorde ou não?

Investimento nos transportes públicos é uma estratégia que não tem existido, infelizmente, no nosso País. Não tem havido investimento na ferrovia convencional. E seria fundamental!

A aposta nas renováveis, designadamente nas verdadeiras energias renováveis de baixo ou nulo impacto, como o solar, onde Portugal tem «só» a melhor exposição solar da Europa — e essa não nasceu com este Governo, nem nasceu ontem! — e tem, simplesmente, dos piores aproveitamentos!

Tenho aqui um documento da indústria a nível europeu, que diz, claramente, que países que investiram no solar ao longo dos anos, como a Áustria, a Grécia ou a Alemanha, apresentam valores como os que passo a referir. Por exemplo, no âmbito do solar térmico, a nível de m² por 1000 habitantes, temos a Alemanha com 109 m², a Áustria com 348 m², a Grécia com 318 m² e, depois, Portugal com 19 m². Repito 19 m², Sr. Ministro!

Portanto, está claro o que andámos a fazer!

«O Sol, quando nasce, é para todos», diz agora o Governo. Mas a realidade é que o Governo levantou-se tarde, acordou já depois do meio-dia, estremunhado, e por isso, quando quis investir no solar, não o fez da melhor maneira possível e «meteu o pé na argola»!

Primeiro, fez o negócio apenas com alguns bancos, com algumas empresas com capacidade de investimento a nível nacional, e deixou de fora centenas de pequenas e médias empresas. Depois, sem nunca reconhecer o erro, veio corrigir a mão e dizer: «Não. Agora, fizemos um novo protocolo só com as pequenas e médias empresas». Isto foi há mais de dois meses! Se o Sr. Ministro for, hoje, ao banco, encontra apenas cerca de sete ou oito empresas disponíveis para o consumidor aceder.

Ao fim de dois meses, em que os senhores disseram que tinham resolvido o problema, onde é que continua o acesso das pequenas e médias empresas a este programa, Sr. Ministro?

O Sr. **Luís Carloto Marques** (PSD): — São 19 empresas!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Durante 20 anos, usámos fundos comunitários para estádios, para construir mais de 2700 km de auto-estradas e vias rápidas, para investir na rodovia. Ao mesmo tempo, encerrámos mais de 300 km de ferrovia, que continua, com este Governo, a encerrar — a saber, a Linha do Tua. Neste momento, o Corgo e Tâmega estão à espera de ver o que lhes vai acontecer.

Outros países, como a Grécia, por exemplo, usam fundos comunitários para investir no solar, Sr. Ministro.

Portanto, Portugal está claramente atrasado. Fizemos tarde, fizemos mal!

A questão que queria colocar-lhe, Sr. Ministro, nesta recta final, tem a ver com um anúncio que o Governo tem andado a fazer sobre os grandes resultados que Portugal tem conseguido a nível das renováveis. O Governo tem anunciado por tudo quanto é sítio que estamos neste momento, a nível de renováveis da electricidade, em 43%. Diz o Governo que 43% da nossa electricidade tem origem em renováveis.

Sr. Ministro, lamento dizer mas isto é mentira! E digo-o com base em dados da Direcção-Geral de Energia e Geologia. De facto, são 43% com base nas correcções de índice de produtividade hídrica e pela média de anos. Mas este é um valor fictício, Sr. Ministro! A realidade, para o ano de 2008, é a de que a energia renovável, em Portugal, não é de 43% mas de 27%, Sr. Ministro! E o Governo anda a «encher a boca», a enganar as pessoas e a dizer que atingimos não sei quantos objectivos, que somos dos mais avançados da Europa, quando a realidade e os números oficiais, da parte do Governo, desmentem o Governo!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — O que eu queria saber, Sr. Ministro, é se, face a esta realidade de, apenas, 27%, não estarão comprometidos os tais 5% que o Governo diz que não estaremos a cumprir em termos de Quioto, no final de 2012.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Nós somos pelas barragens, Sr. Deputado Jorge Seguro.

O Sr. **Jorge Seguro Sanches** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Somos é contra as barragens disfarçadas de negócio privado ou de negociata privada.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Percebeu?!...

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Há 30 anos que o PCP combate pelo aproveitamento hídrico do País, contra sucessivos governos que fazem política de direita, do PS, do PSD e do CDS — hoje, muito amigos das

renováveis, mas que, durante 30 anos, se esqueceram das renováveis e que conduziram o País à gravíssima situação energética em que se encontra.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — É verdade!

Protestos do PS, do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Escusavam de ouvir esta!...

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Estamos contra as negociatas disfarçadas de barragens, negociatas que levam, por exemplo, como já hoje aqui foi referido, a que uma das barragens do Programa Nacional de Barragens, a de Almourol, esteja deserta! Por que é que o concurso de Almourol ficou deserto? Porque o negócio vale «zero»! E, portanto, ficou deserto!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Estamos em desacordo com o negócio da «cascata do Tâmega», das quatro barragens do Tâmega, que não teve qualquer estudo de impacto ambiental global — a denúncia não é do PCP, é do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável! —...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — ... e relativamente à qual a Iberdrola passou a potência, que estava nos concursos, de 400 MW para 1200 MW, o que vai significar uma brutal bombagem de água no rio Tâmega, no conjunto daquelas quatro barragens. Continuo à espera de saber, porque o Sr. Ministro da Economia não foi capaz de me explicar, qual foi o estudo de impacto ambiental que foi feito relativamente a este caso.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Não há!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Qual foi?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O Sr. Ministro do Ambiente tem, de certeza!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Porque, aqui, há um grande negócio por trás! É a importação pela Iberdrola de energia eléctrica, de origem nuclear, de Espanha para a transformar em euros em Portugal, sem qualquer vantagem ou, provavelmente, com grandes custos para o próprio País!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É um escândalo!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Negócios, Srs. Membros do Governo, em torno do programa das barragens!

Sr. Ministro, ficámos a saber que os 50 milhões de euros do negócio da EDP com o INAG vão para quatro Polis do litoral.

Gostava de lhe perguntar se é isso que está previsto como objectivos obtidos pela taxa de recursos hídricos, na legislação que fizeram.

Gostava de saber se as administrações das regiões hidrográficas são, agora, administradoras de Polis. Explique-me, Sr. Ministro!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Boa pergunta!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Ministro, uma questão concreta, que já lhe coloquei.

Tenho que concluir que o argumento utilizado pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga de que a contracção do empréstimo de 2 milhões de euros, de curto prazo, se devia a atrasos na transferência dos dinheiros do QREN é falso e, portanto, posso utilizar esse argumento, em Braga, relativamente a este processo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É óbvio!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Mas repetia-lhe a pergunta: diga-nos que valores estão por transferir, do QREN, para autarquias relativamente a projectos aprovados.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Sr. Presidente, penso que a grande manchete desta interpelação é a de que, afinal, o Partido Ecologista «Os Verdes» e o Partido Comunista Português são partidos diferentes com programas eleitorais diferentes.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Grande descoberta!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Muito obrigado pelo aplauso!

O Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes reconheceu-o. Eu pergunto-me é a perplexidade com que os cidadãos vão votar quando, com um voto, votarem em dois programas, pelos vistos em alguns aspectos dissonantes.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Se o Manuel Alegre o ouve...!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Discordo profundamente do PCP, mas devo dizer que prefiro a integridade política desse partido ao contorcionismo colorido do «verde» e do «vermelho» de Os Verdes.

Protestos do PCP e de Os Verdes.

Bom, eu queria centrar-me numa questão que o Sr. Deputado Miguel Almeida suscitou e que me parece da maior importância.

De facto, um semanário, hoje, traz, de forma mitigada, uma mentira que foi propalada de forma crassa durante a candidatura do PSD às eleições para o Parlamento Europeu: a ideia de que as verbas do QREN estavam retidas em Bruxelas, que nem mais um cêntimo para Portugal, que 95% do QREN estava bloqueado.

Protestos do PSD.

Essa notícia é falsa e é inacreditável que um partido com as responsabilidades do PSD construa a sua campanha à custa de notícias mentirosas, como essa, apesar dos desmentidos objectivos e factuais que lhe foram proporcionados.

Portugal é, neste momento, dos países que tem mais adiantado o processo de conformidade dos seus sistemas de gestão, certificação e controlo.

O Sr. **Ricardo Martins** (PSD): — Não foram aprovados!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Essa convicção é igual à da Ota e à do TGV!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Numa reunião realizada, salvo erro, em 4 de Janeiro, com a Comissão Europeia, onde eu e o Sr. Secretário de Estado estivemos com a Sr.^a Comissária, estabelecemos um calendário para este processo, que está a ser cumprido, o que faz com que os sistemas estejam todos a ser gradualmente aprovados — a maior parte deles está, neste momento, aprovada. E, repito, Portugal é não só um dos países que tem mais aprovados como também é o quarto país em termos de reembolsos já feitos ao abrigo dessas aprovações.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Onde é que vem esse dado?!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Por isso, a mentira do vosso cabeça de lista, propalada vezes sem conta, foi uma mentira crassa.

Em 27 países, 11 ainda não têm um único PO aprovado. Portugal é o quarto país não só em aprovações mas também em transferências de dinheiro ao abrigo dessa realidade.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Onde é que isso vem?!

O Sr. **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**: — Fico-me por aqui, nesta resposta. O Governo, depois, fará a sua intervenção final.

O Sr. **Presidente**: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Almeida.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Sr. Presidente, a minha interpelação destina-se a solicitar ao Sr. Presidente, através da Mesa, que os dados que o Sr. Ministro acabou agora de anunciar, e que já várias vezes foram pedidos pelo meu grupo parlamentar, nos possam ser facultados em papel oficial, obviamente, e não em folhas brancas, não timbradas, cuja fonte não conhecemos. Gostávamos de obter estes dados porque, infelizmente, eles não correspondem à verdade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Também para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, quero apenas informar que os referidos dados são oficiais, da Comissão Europeia, e são públicos, mas o Governo tem todo o gosto em endereçar uma cópia, hoje mesmo, da parte da tarde, ao Sr. Deputado Miguel Almeida.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, dar início ao período destinado às intervenções de encerramento deste debate.

Tem a palavra, em primeiro lugar, a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Umas notas prévias, em jeito de conclusão.

Sobre a questão dos programas eleitorais, Sr. Ministro do Ambiente, talvez seja importante dizer, porque esta parece não ser, de facto, a lógica do Partido Socialista, que é muito importante a coerência e a seriedade em política, portanto, é muito importante que as pessoas se comprometam com uma coisa na campanha eleitoral e, depois, cheguem à Assembleia da República e defendam exactamente aquilo que haviam proposto em campanha eleitoral.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É estranho, não é?!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Ora, o que é que acontece? O voto no Partido Socialista implica exactamente o oposto. O Sr. Ministro sabe que as pessoas votaram num programa do Partido Socialista mas o Partido Socialista, quando chegou ao Governo, fez exactamente o oposto daquilo a que se tinha comprometido com as pessoas, no seu programa eleitoral. Isto é que é incoerência total, isto é que é altamente descredibilizador! Portanto, Sr. Ministro, não critique a coerência e a seriedade política, concretize-a!

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, permita-me que lhe diga que Os Verdes não temem a arrogância de nenhum Ministro ou de outro membro do Governo, nem a do Sr. Ministro em particular. E refiro-me à resposta que o Sr. Ministro deu ainda há pouco.

Agora, Sr. Ministro, lamentamos mas existe uma Constituição da República Portuguesa e um Regimento da Assembleia da República. E sabe o que é que dizem? Dizem que o Governo é fiscalizado pela Assembleia da República. Ora, Os Verdes têm muita consciência daquele que é o papel e a responsabilidade dos Deputados, que é justamente a de colocar questões ao Governo e obter respostas da sua parte, porque, se não, andamos aqui todos a brincar às democracias, e Os Verdes não estão na Assembleia da República para brincar às democracias. Se o Governo o fez, diversas vezes, durante este mandato, durante esta Legislatura, lamentamos mas não entramos nesse jogo. Sim, queremos respostas! É verdade! Estamos aqui à procura de respostas — assumimos isto perfeitamente e exigimos essas respostas por parte do Governo. Isto não é legítimo?! Para o Governo não é, mas para Os Verdes é legítimo!

Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches, este é um tema central para o desenvolvimento do País. Talvez, provavelmente por isso, foi trazido por Os Verdes à Assembleia da República e não pelo Partido Socialista.

O Sr. **Jorge Seguro Sanches** (PS): — Só agora?!...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Bom, essa história de que Os Verdes são contra tudo é sempre o argumento de quem não tem mais argumentos para apresentar. É o desespero total, como, de resto, o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes já aqui teve oportunidade de referir. Chegam ao ponto de dizer que Os Verdes são a favor do nuclear!... Ó Sr. Deputado, por amor de Deus, invente outra! Invente outra, porque essa representa o descrédito total!

Sr. Deputado, já nós aqui andávamos, com precaução — porque, no que se refere ao princípio da precaução, aplicamo-lo em tudo —, na Assembleia da República, a questionar o Governo sobre a questão do nuclear, assumindo, evidentemente, a nossa oposição total, como sempre fizemos, e o Governo ainda dizia: «Ah! Não está na agenda do Governo». Foi preciso tirar a saca-rolhas, Sr. Deputado, mas conseguimos resposta por parte do Governo: não ao nuclear! Andaram por aí a tremer, em função dos interesses que altos negócios no País reclamavam, mas Os Verdes não tremem nestas questões!

Então, e esquecem as inúmeras propostas que Os Verdes apresentaram, durante esta Legislatura, em torno da eficiência energética e das energias renováveis?!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Os Verdes são contra tudo?! Os senhores chumbaram tudo, tudo aquilo que Os Verdes apresentaram! Afinal, quem é que é contra tudo?! Quem é que é contra tudo?! Os Verdes apresentaram inúmeras propostas na área da eficiência energética, designadamente ao nível fiscal, da consignação do ISP para uma questão de que os senhores nunca falam e que é fundamental em termos energéticos, que é a questão dos transportes, a qual fica sempre arredada do vosso debate. Porquê, se estamos a falar, de facto, de um dos sectores que gera a maior dependência energética em Portugal?! Está sempre, sempre, sempre arredado dos vossos debates!

Nós denunciámos aqui questões que estão a travar o desenvolvimento da energia solar, mas os senhores olharam para o lado, assobiaram para o lado e não querem saber. Transformaram o potencial da energia solar deste País num negócio! Não querem a sua expansão, querem é que alguém, uns poucos, beneficie com isso!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Os amiguinhos da Mota-Engil!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Essa não é a nossa lógica, nós queremos que o País se desenvolva em torno das boas energias renováveis.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Sr. Ministro do Ambiente iniciou a sua intervenção com um relambório sobre o balanço em matéria de ambiente — aliás, já aqui fez inúmeras vezes esse número.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É a cassete!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Não era esta a temática que Os Verdes traziam, mas o Sr. Ministro já tem esse discurso preparado e, por isso, de cada vez que vem à Assembleia da República, apresenta a mesma lista. Porém, o Sr. Ministro, na sua intervenção, também disse que estava disponível para responder aos Srs. Deputados sobre questões concretas. Sucede que, depois, os Deputados colocaram questões concretas e o Sr. Ministro não respondeu.

Sr. Ministro, é inadmissível que, hoje, não se tenha demarcado da campanha da EDP. É inadmissível! Já foi exortado, várias vezes, mesmo fora da Assembleia da Assembleia da República, a tomar uma posição, porque aquilo é vergonhoso, aquilo é publicidade enganosa, aquilo é mentir! A criação de uma barragem é a promoção da biodiversidade? É, Sr. Ministro? Acene lá com a cabeça: é ou não é?

Risos do PSD e do PCP.

Nem assim?! Cabeça imóvel! Não responde! Não respondendo, está a associar-se a essa mentira, a essa publicidade enganosa da EDP!

Questionemos, então, para que serve o Ministério do Ambiente. Para que serve se se silencia perante estas questões e se, em relação às matérias ambientais, aquilo que faz, pura e simplesmente, é gerar negócio para uns poucos?! Não quer saber dos parâmetros ambientais do País, não quer saber da promoção da qualidade de vida do País, porque gerar melhor ambiente é gerar desenvolvimento. Algum dia os senhores hão-de perceber isto!

Há muitos anos, também falávamos aqui das alterações climáticas e o vosso sentimento era: «lá vêm estes falar outra vez das alterações climáticas». Hoje, sabem que é uma questão séria e que Os Verdes estiveram na sua vanguarda, como sempre estarão. Gerar ambiente é gerar desenvolvimento! Por isso, contestamos veementemente as expressões do Sr. Ministro do Ambiente, quando diz que o ambiente não pode parar o País ou quando diz, e cito, «não podemos caminhar para uma posição em que o ambiente seja obstáculo ao progresso». Pois não, porque ambiente é progresso e é esta ideia que nos distingue!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ainda não percebeu!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — O Sr. Ministro do Ambiente e esta equipa foram uma nulidade governativa e o Governo foi uma nulidade na preservação do ambiente.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Isso é verdade!

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, também para a intervenção de encerramento, o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Talvez cientes de que a sua interpelação parlamentar estava condenada ao fracasso, Os Verdes decidiram brindar esta Câmara com uma iniciativa, de gosto, na minha opinião pessoal, mais do que duvidoso, exibindo, fisicamente, um balde. Mas esse balde, do ponto de vista político, está cheio de preconceitos.

O que Os Verdes exibiram aqui, neste debate, foi um balde cheio de preconceitos em matéria de política ambiental, porque Os Verdes são um partido anti-ambiental.

Risos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia e do PCP.

O impacto da política energética sobre o ambiente e o desenvolvimento sustentável é uma das preocupações essenciais da política deste Governo, em todos os seus Ministérios. E por isso é que, para este Governo, é essencial promover os transportes públicos.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Nota-se!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Por isso é que, no segundo semestre de 2008, o Governo congelou o aumento dos passes sociais para os transportes públicos e este ano, pela primeira vez desde há muitos anos, os transportes públicos não registaram qualquer aumento dos bilhetes e das assinaturas,...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — O que é que fez à ferrovia?!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... por isso é que este Governo criou o passe escolar, que garante a todos os estudantes, entre os 4 e os 18 anos, uma redução de 50% nos títulos mensais de transportes públicos,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não é a todos! Isso é falso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... por isso é que este Governo promoveu os transportes públicos, designadamente nas áreas metropolitanas, expandindo a rede dos metros de Lisboa e do Porto...

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Expandindo a rede dos metros?! Qual foi a linha de metro que o Governo fez?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... e pondo em funcionamento o novo metro a sul do Tejo, e por isso é que este Governo promove o uso da ferrovia, seja a convencional, seja a de alta velocidade, porque ambas são amigas do ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Aplausos do PS.

Segundo ponto: intervir, na base, com os instrumentos de política fiscal para melhorar e favorecer o uso de transportes individuais ou colectivos amigos do ambiente, menos poluidores, e penalizar os restantes. Por isso é que, hoje, na fiscalidade automóvel, 60% já está dependente da emissão de dióxido carbono. Temos, hoje, do ponto de vista da fiscalidade automóvel, um dos regimes mais avançados da Europa, que, aliás, serve de referência para outros regimes que estão a ser preparados noutros países europeus.

Terceiro ponto: a promoção da eficiência energética, do uso das energias renováveis, da utilização de fontes de energia e de consumos de energia eficientes. Por isso é que, já hoje, decorrem obras em 60 edifícios públicos,...

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Em 60, Sr. Ministro?! Tantos?!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... para os tornar energeticamente mais eficientes, e também já decorrem outras auditorias. Não existia nada, partimos do zero neste domínio!

Por isso é que, já hoje, o ritmo de aquisição de painéis solares, ao abrigo do programa criado excepcionalmente neste ano, por este Governo, tem aumentado de mês para mês e já ultrapassou os 7 milhares o número de unidades adquiridas.

Por isso é que se procedeu à distribuição gratuita, pelas famílias mais carenciadas, de cerca de 2 milhões de lâmpadas eficientes, que consomem só 80% menos de electricidade do que as lâmpadas convencionais.

O Sr. **Luís Carloto Marques** (PSD): — Só descobriu agora?!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Quarto ponto: a promoção das fontes renováveis de produção de energia.

Neste domínio, ocorreu e está a decorrer uma verdadeira revolução em Portugal. Portugal é, hoje, um dos países que lidera, em termos europeus, a produção de energia a partir de fontes renováveis. Portugal é o 3.º país europeu na contribuição das energias renováveis para a produção de electricidade, tem o maior parque eólico da Europa continental...

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Feito por quem, Sr. Ministro? Quem é que deu as licenças?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... e, em quatro anos, multiplicou por cinco a potência eólica em operação, o que nos coloca entre os cinco países europeus com maior potência eólica instalada.

Portugal tem, hoje, a maior central solar fotovoltaica, estão concedidas 10 licenças para estabelecimentos de utilização de energia solar e tem, hoje, em curso o maior programa hídrico da Europa. Isto é, Portugal valoriza os seus recursos próprios, em sol, em vento, em água, e assim diminui a sua dependência energética e o seu endividamento externo.

Protestos do Deputado do PCP João Oliveira.

Portanto, esta iniciativa de interpelação de Os Verdes apenas não é uma iniciativa debalde...

Protestos de Os Verdes.

... porque foi mais uma oportunidade para o Governo discutir clara e lealmente, com a Assembleia da República, as suas opções políticas em matéria de política energética, relativamente ao seu impacto no ambiente e no desenvolvimento sustentável.

O que acontece é que o Partido Ecologista «Os Verdes» é, hoje, uma das maiores expressões daquilo a que George Orwell chamou, e bem, a novilíngua, essa língua que ele imaginou em que as palavras ditas significam exactamente o contrário do que aparentemente querem dizer.

Protestos do PCP e de Os Verdes.

Os Partido Ecologista «Os Verdes» é, de facto, um partido que se balda à economia verde, por isso contesta, uma a uma, todas as operações deste Governo, como eventualmente contestaria as de outros (nem sequer é isso que discuto), que se destinam a melhorar a capacidade do País em termos de energia renovável.

Portanto, usando — para terminar, Sr. Presidente — a mesma imagem que Os Verdes quiseram trazer a esta interpelação, mas usando-a metaforicamente, gostaria apenas de recordar a Os Verdes que de balde resulta também o verbo baldear, usado muito na marinha mercante quando é necessário varrer com baldes da água os convéns para os limpar.

E o que gostaria de sugerir a Os Verdes, mas também a outros grupos parlamentares da oposição, era que procedessem também a essa higiénica operação de baldeação, que por vezes é necessária.

Protestos da Deputada do BE Heloísa Apolónia.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Está quase poeta!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Que baldeiem do vosso convés os preconceitos, o taticismo, o oportunismo político, porque só esse explica que ousem contestar...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Ousem?!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... a política do Governo nesta matéria, em que Portugal serve de exemplo europeu: a política energética de promoção das energias renováveis, para liderarmos, também nós, o combate às alterações climáticas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — O País é que o vai baldear!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, chegámos ao fim da interpelação de Os Verdes e também ao fim dos nossos trabalhos de hoje.

A próxima sessão plenária realizar-se-á na quarta-feira, pelas 15 horas, constando da ordem do dia o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, e a discussão conjunta de três propostas de lei na área da justiça, a saber: as propostas de lei n.ºs 260/X (4.ª) — Aprova o regime jurídico da emissão e execução de decisões de aplicação de sanções pecuniárias, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro n.º 2005/214/JAI, do Conselho da União Europeia, de 24 de Fevereiro de 2005, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias, 272/X (4.ª) — Procede à segunda alteração à Lei n.º 57/98, de 18 de Agosto, adaptando o regime de identificação criminal à responsabilidade penal das pessoas colectivas, e 288/X (4.ª) — Aprova o regime jurídico da emissão e execução de decisões de perda de instrumentos, produtos e vantagens do crime, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro n.º 206/783/JAI, do Conselho, de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda, com a redacção que lhe foi dada pela Decisão-Quadro n.º 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009.

Por hoje, é tudo, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Está encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 48 minutos.

Imagem projectada pelo Deputado de Os Verdes Francisco Madeira Lopes no decurso da intervenção que proferiu relativa ao debate da interpelação n.º 30/X (4.ª).



Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

António Bento da Silva Galamba
Maximiano Alberto Rodrigues Martins

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

Alcídia Maria Cruz Sousa de Oliveira Lopes
David Martins
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Maria Manuel Fernandes Francisco Oliveira
Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Vitor Manuel Pinheiro Pereira

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
José Batista Mestre Soeiro

Partido Popular (CDS-PP):

Paulo Sacadura Cabral Portas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL